

**REQUE**

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

***Nome da Pessoa Jurídica***

(b) que será renovada

Municípios diversos

de fevereiro de

(c) nenhum dos

parlamentar ou



CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

TM TV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CICERO MAGNO RESENDE BRAGA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Dr. Odilon Fernandes n. 313 - Apto. 1.201 - Bairro Boa Vista - Cep: 38.017-030 - Uberaba - Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade n. 1.404.609 - SSPMG e CPF n. 417.125.366-72;

TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Avenida Dr. Odilon Fernandes n. 313 - Apto. 1.201 - Bairro Boa Vista - Cep: 38.017-030 - Uberaba - Minas Gerais, portadora da Carteira de Identidade n. M-4.582.239 - SSPMG e CPF n. 755.466.206-68;

Resolvem, de comum acordo, constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:-

CLAUSULA I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

A denominação social será de "TM TV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA", com sede na Avenida Guilherme Ferreira n. 1.270 - Sala 1 - Bairro São Benedito - Cep: 38.022-200 - nesta cidade de Uberaba - Minas Gerais, e terá como nome de fantasia "TM TV - TELECOMUNICAÇÕES" onde tem seu foro jurídico, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que for.

CLAUSULA II - DO OBJETIVO SOCIAL

O objetivo social da sociedade será o da exploração de serviços de telecomunicações em geral.

CLAUSULAS III - DO CAPITAL SOCIAL

O capital da sociedade será de R\$20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas, no valor de R\$1,00 (hum real) cada uma, que será integralizado da seguinte forma:

R\$18.000,00 (Dezoito mil reais) será integralizado em dinheiro, moeda corrente do país, no ato da assinatura do presente instrumento pelo sócio CICERO MAGNO RESENDE BRAGA, sendo que este valor é fruto da herança de venda de um imóvel no ano 1.994, e que estas cotas são com incomunicabilidade com a conjuge, pois são casados pelo regime de comunhão parcial de bens;

R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) será integralizado em dinheiro, moeda corrente do país pela sócia TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE, no ato da assinatura do presente instrumento contratual, ficando dividido entre os sócios nas proporções conforme demonstrativo a seguir:-

CICERO MAGNO RESENDE BRAGA	-	18.000	-	QUOTAS	-	R\$ 18.000,00
TASSIANA PRATA R.C.RESENDE	-	<u>2.000</u>	-	<u>QUOTAS</u>	-	<u>R\$ 2.000,00</u>
TOTAL DO CAPITAL	-	20.000	-	QUOTAS	-	R\$ 20.000,00



CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

TM IV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CLAUSULA IV - DO INICIO DAS ATIVIDADES E FILIAIS

A sociedade iniciará suas atividades em 01/03/1996, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA V - DO PRAZO DE DURAÇÃO E TERMINO DO EXERCICIO SOCIAL

O prazo de duração é por tempo indeterminado e o exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, coincidindo com o ano civil, quando será levantado o balanço patrimonial para a apuração do ativo e passivo da empresa.

CLAUSULA VI - DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS

A responsabilidade dos sócios se limita ao total do capital social, nos termos da Lei 3.708 de 1.919 - Artigo 2.

CLAUSULA VII - DA GERENCIA E ADMINISTRAÇÃO

A gerência e administração da sociedade será exercida somente pelo sócio "CICERO MAGNO RESENDE BRAGA", que responderá por todos os atos e transações da sociedade, inclusive em juízo ou fora dele, ativa e passivamente perante a terceiros, órgãos públicos, bancos, instituições financeiras etc., assinando, emitindo e recebendo todo e qualquer documento que for necessário, em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo Único:- É expressamente proibido aos sócios o uso da denominação social em negócios estranhos às finalidades da sociedade, tais como: avais, fianças e outras garantias em benefício próprio ou de terceiros, sendo nulo para todos os fins, tais atos praticados em relação a sociedade.

CLAUSULA VIII - DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O sócio gerente terá uma retirada, a título de PRO-LABORE, que será levado a conta de despesas da sociedade, que não poderá ser inferior a um salário mínimo vigente no país, até o limite permitido por lei.

CLAUSULA IX - DA TRANSFERENCIA DE QUOTAS

As quotas da sociedade são intransferíveis a terceiros sem o expresse consentimento de todos os sócios, ficando resguardado a todos o direito de preferência para aquisição das mesmas, caso algum sócio pretenda transferi-las.

CLAUSULA X - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, naquela data, ser levantado um balanço geral especial, que apurará o valor das quotas do sócio falecido, sendo que seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento deverão manifestar o seu desejo de continuar ou não na sociedade, devendo então ser efetivada a alteração contratual de ingresso ou retirada do sócio.





CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

TM IV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Parágrafo Único:- O pagamento dos haveres e direitos do sócio falecido, em caso de retirada da sociedade por parte dos herdeiros, será realizado de forma a não prejudicar o andamento normal da sociedade, em comum acordo.

CLAUSULA XI - DOS LUCROS E PREJUÍZOS

Os lucros e prejuízos, havidos durante o exercício social, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas possuídas, assim como poderão ficar em conta especial para futura destinação.

CLAUSULA XII - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTOS

Os sócios declaram, sob suas responsabilidades e as penas da Lei, que não se acham incursos nos impedimentos descritos no Artigo 38 da Lei 4.726 de 13 de Julho de 1.965.

CLAUSULA XIII - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste instrumento contratual serão resolvidos à luz do Decreto 3.708 de 1.919 e demais legislação aplicável à espécie.

E, por estarem de pleno acordo, justo, combinado e contratados, assinam o presente instrumento contratual, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, cuja primeira via será arquivada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO  
Fúlvio Márcio Fontoura  
Rua Major Estrela, 09  
Uberaba - MG  
Fone 333-5809

Reconheço por semelhança a \_\_\_\_\_  
assinada de \_\_\_\_\_  
Uberaba, 26 FEV 1996  
Em test. de \_\_\_\_\_  
TABELIÃO

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO  
Uberaba - MG, 5 de Fevereiro de 1.996

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO  
CICERO MAGNO RESENDE BRAGA

TASSIANA PRATA RODRIGUES C. RESENDE

TESTEMUNHAS

DANIEL DOS REIS AGUIAR

SERGIO GASTAO DA ROCHA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em 29/02/96

CERTIFICADO O REGISTRO

SOB O NÚMERO

31204883003

Prot. 195141458

AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO  
PELA SECRETARIA GERAL

MARCELO LUIS ROCHA  
O.A.B.M.G. N. 53.332



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DA EMPRESA:**

**TM TV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CICERO MAGNO RESENDE BRAGA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Av Dr. Odilon Fernandes, 313 - apto 1201 - Bairro Boa Vista - CEP 38017-030 - Uberaba - Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade nº M-1.404.609 SSP/MG e CPF nº 417.125.366-72.

TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Av Dr. Odilon Fernandes, 313 - apto 1201 - Bairro Boa Vista - CEP 38017-030 - Uberaba - Minas Gerais, portadora da Carteira de Identidade nº M-4.582.239 SSP/MG e CPF nº 755.466.206-68.

Únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada da empresa "**TM TV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**" estabelecida nesta cidade de Uberaba - Minas Gerais, à Av. Guilherme Ferreira, 1270 - Sala 01 - Bairro São Benedito - CEP 38022-200 - inscrita no CGC sob o nº 01.105.531/0001-01, registrado na JUCEMG sob o nº 31204883003 em 29/02/1996, resolvem de comum acordo, proceder a presente alteração contratual e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AUMENTO DO CAPITAL:**

O capital social que era de R\$20.000,00 (vinte mil reais), fica aumentado em mais R\$20.000,00 (vinte mil reais), que é decorrente do investimento em dinheiro, moeda corrente do país, no ato da assinatura do presente instrumento contratual

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA SITUAÇÃO ATUAL DO CAPITAL:**

O capital da sociedade é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado em dinheiro, moeda corrente do país, neste ato, distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

CICERO MAGNO RESENDE BRAGA .....36.000 (QUOTAS) - R\$ 36.000,00  
TASSIANA PRATA RODS. DA C. RESENDE.....4.000 (QUOTAS) - R\$ 4.000,00

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL.....40.000 (QUOTAS) - R\$ 40.000,00



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DA EMPRESA**

**TM TV - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:**


Ficam consolidadas todas as cláusulas e condições do contrato social com suas alterações, por comum acôrdo dos sócios passando a vigorar a partir desta data.

As Cláusulas do contrato primitivo e das alterações contratuais, que não foram aqui modificadas permanecem inalteradas.


E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam, cuja a primeira via será arquivada na JUCEMG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Uberaba - MG, 29 de abril de 1997

  
**Cícero Magno Resende Braga**  
RG M-1.404.609 SSP/MG

  
**Tassiana Prata Rods da Cunha Resende**  
RG M-4.582.239 SSP/MG

**TESTEMUNHAS:**

  
**Sérgio Gastão da Rocha**  
RG M-3.294.997 SSPMG



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS


CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO

Em : 02/05/97

1537180

Prot. : 961206865

AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO  
PELA SECRETARIA GERAL

  
**Solange Vieira Mendes**  
RG MG-11.106.789 SSPMG





**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA "TM TV -  
TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA" - CGC 01.105.531/0001-01**

**CICERO MAGNO RESENDE BRAGA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta cidade de Uberaba-MG, à Ave. Dr. Odilon Fernandes, 313 - apto 1701 - Bairro Boa Vista - Cep 38017-030, portador da Carteira de Identidade nº M-1.404.609 SPMG e CPF nº 417.125.366-72.

**TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade de Uberaba - MG, à Ave. Dr. Odilon Fernandes, nº 313 - Bairro Boa Vista - Cep 38017-030, portadora da Carteira de Identidade nº M-4.582.239 SSP/MG e CPF nº 755.466.206-68.

Unicos sócios da empresa "**TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda**", estabelecida nesta cidade de Uberaba - MG, à Ave. Guilherme Ferreira, nº 1270 - Sala 01 - Bairro São Benedito - CEP 38022-200, inscrita no CGC sob o nº 01.105.531/0001-01, resolvem de comum acordo, proceder a presente alteração contratual, registrado na JUCEMG sob o nº 31204883003 em 29/02/1996 e alteração contratual nº 1537180 em 02/05/1997, e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DO OBJETIVO SOCIAL:**

A partir desta data o objetivo social da sociedade que era o de "exploração de serviços de telecomunicações em geral", passa ser a de "**a exploração dos serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens**".

**Cláusula Segunda - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:**

Ficam consolidadas todas as cláusulas e condições do contrato social com suas alterações em comum acordo dos sócios passando a vigorar a partir desta data.

As cláusulas do contrato primitivo e das alterações contratuais, aqui não modificadas permanecem inalteradas

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas, que também assinam, cuja primeira via será arquivada na **JUCEMG - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**.



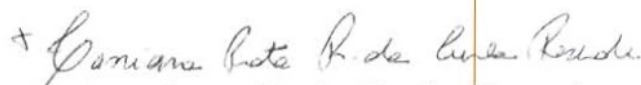


**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA "TM TV -  
TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA" - CGC 01.105.531/0001-01**

Uberaba - MG, 04 de agosto de 1999



**Cicero Magno Resende Braga**  
**M-1.404.609 SSPMG**



**Tassiana Prata R. da Cunha Resende**  
**M-4.582.239 SSPMG**

**Testemunhas:**



**Sérgio Gastão da Rocha**  
**M-3.294.997 SSPMG**



**Maria Elizabete da Silva**  
**M-1.191.804 SSPMG**



SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR  
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DA EMPRESA:  
TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

TERCEIRA ALTERAÇÃO

31 03312 3686

**CICERO MAGNO RESENDE BRAGA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº M-1.404.609 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 417.125.366-72, residente e domiciliado nesta cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Avenida Doutor Odilon Fernandes, nº 313 – Apto. 1201 – bairro Boa Vista, CEP 38017-030;

**TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº M-4.582.239 e inscrita no CPF/MF sob nº 755.466.206-68, residente e domiciliada nesta cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Avenida Doutor Odilon Fernandes, nº 313 – Apto. 1201 – bairro Boa Vista, CEP 38017-030.

Únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada **“TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.”**, estabelecida nesta cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Avenida Guilherme Ferreira, nº 1270 – sala 01 – bairro São Benedito, CEP 38022-200, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.105.531/0001-01, registrada na JUCEMG sob nº 31204883003 em 29/02/1996, primeira alteração registrada sob nº 1537180 em 02/05/1997, resolvem de comum acordo, proceder a presente alteração contratual e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO NA**  
**DENOMINAÇÃO DE FANTASIA E DA TRANSFERÊNCIA DA**  
**SEDE:**

A **“TM-TV – TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.”**, passa a adotar o nome fantasia de **“RÁDIO RODEIO”** e passa a ter sua sede social na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Centro.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADMISSÃO, RETIRADA DE**  
**SÓCIO E CESSÃO DE COTAS:**

- a) DA ADMISSÃO DO SÓCIO: a partir da data deste instrumento admite-se na sociedade **ÁLVARO DE PAULA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua João Uberabino Ferreira, nº 30 – Morada do Sol – Uberaba – Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade RG nº M-4.581.495 e CPF/MF nº 471.709.056-04.





**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR  
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DA EMPRESA:  
TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

31 03312 3687

- b) DA RETIRADA E CESSÃO DE COTAS: a partir da data deste instrumento, retira-se da sociedade **TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE**, já qualificada anteriormente, cedendo 4.000 (quatro mil) quotas, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), ao sócio admitido **ALVARO DE PAULA**.
- c) DA CESSÃO DE QUOTAS: a partir da data deste instrumento, **CICERO MAGNO RESENDE BRAGA**, já qualificado anteriormente, transfere 16.000 (dezesesseis mil) quotas, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) ao sócio admitido **ALVARO DE PAULA**.

Face as alterações desta Cláusula Segunda, as participações societárias ficaram assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR EM REAIS
CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA	20.000	R\$ 20.000,00
ALVARO DE PAULA	20.000	R\$ 20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.000</b>	<b>R\$ 40.000,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO**

A gerência e administração da sociedade passam a ser exercidas pelo sócio **ALVARO DE PAULA**, que responderá por todos os atos e transações da sociedade, inclusive em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, órgãos públicos, bancos, instituições financeiras, etc., assinando, emitido e recebendo todo e qualquer documento que for necessário.

**CLÁUSULA QUARTA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:**

Ficam consolidadas todas as cláusulas e condições do contrato social com suas alterações, por comum acordo dos sócios passando a vigorar a partir desta data. As cláusulas do contrato primitivo e das alterações contratuais, que não foram aqui modificadas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das





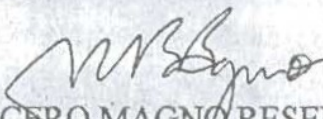
SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR  
QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DA EMPRESA:  
TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

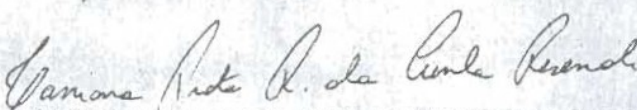
31 03312 3688

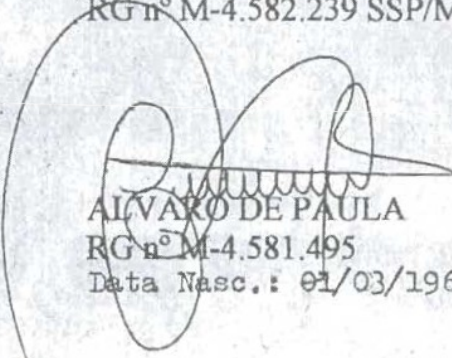
testemunhas que também assinam, cuja primeira via será arquivada na JUCEMG –  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Uberaba, 26 de Março de 2002.

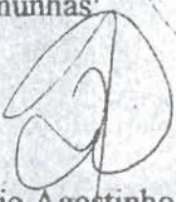
JUCEMG


  
CICERO MAGNO RESENDE BRAGA  
RG nº M-1.404.609 SSP/MG


  
TASSIANA PRATA RODRIGUES DA CUNHA RESENDE  
RG nº M-4.582.239 SSP/MG

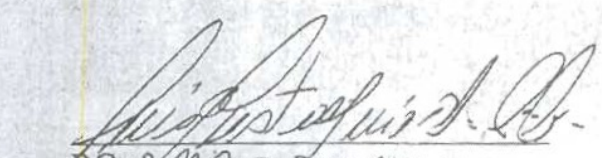
  
ALVARO DE PAULA  
RG nº M-4.581.495  
Data Nasc.: 01/03/1968

Testemunhas:

  
Antonio Agostinho da Silva  
RG nº 13.751.057-3 SSP/SP

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/08/2002 SOB O NÚMERO: 2810501 #TM TV TELECOMUNICACOES E SERVICOS# #LTDA# Protocolo: 025066366 AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO PELA SECRETARIA GERAL
---	--

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS De acordo com o disposto nos arts. 14 do Dec. Fed. 1.799/96 e 78, inciso III, do Dec. Fed. 1800/96, certifico a autenticidade deste documento, cujo original está arquivado sob o número e data apostos nesta página. Até a presente data: <input checked="" type="checkbox"/> existe(m) ato(s) posterior(es) registrado(s) conforme respectivo histórico; <input type="checkbox"/> este é o único ato registrado; <input type="checkbox"/> este é o último ato registrado. AB 0960802 Belo Horizonte, 30/11/2002 MARGARETE DE PAULA SOARES SECRETARIA GERAL
---	---

  
RG nº M-3.301.481

LUIS EUSTÁQUIO DA SILVA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

Pelo presente instrumento os senhores: **ÁLVARO DE PAULA**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 01/03/1968, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M-4.581.495 e inscrito no CPF/MF sob o nº 471.709.056-04, residente e domiciliado na Travessa Raul Terra, nº 444 – apto. 1901, bairro Centro, Uberaba, Minas Gerais, CEP 38022-020; e **CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Alexandre Barbosa, nº 531 – casa 126 – Condomínio Villa Bella, bairro Mercês, CEP 38060-200, Uberaba, Minas Gerais, portador da cédula de identidade RG nº 1.404.609 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 417.125.366-72; Únicos sócios da sociedade empresária **TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.105.531/0001-01, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais em 29/02/1996, NIRE 31204883003; Primeira Alteração arquivada em 02/05/1997, sob nº 1537180; Segunda Alteração arquivada em 12/08/1999, sob o nº 1797777; e Terceira Alteração arquivada em 14/08/2002, sob o nº 2810501; têm justo e avençado proceder à Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social e o fazem mediante as condições aduzidas:

**I – DAS ALTERAÇÕES**

**PRIMEIRA** – A denominação social da sociedade empresária passará a ser **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. – ME**, sendo que o nome fantasia será **ATIVIDADE FM**.

**SEGUNDA** – A sociedade resolve admitir como sócios os Srs.: **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, brasileiro, solteiro, nascido aos 25/08/1990, radialista, portador da cédula de identidade RG nº MG-14.402.597 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.561.126-43, residente e domiciliado na cidade de Uberaba, neste Estado de Minas Gerais, na Rua Dr. Levindo Batista de Carvalho, nº 394, Bairro Olinda, CEP 38055-460; e **DIEGO MORELLI SILVA NUNES**, brasileiro, solteiro, nascido aos 19/11/1988, radialista, portador da cédula de identidade RG nº MG-15.139.569 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.699.226-45, residente e domiciliado na cidade de Uberaba, neste Estado de Minas Gerais, na Rua Manoel Gonçalves de Resende, nº 23, Vila São Cristóvão, CEP: 38040-240.

**TERCEIRA** – O Sócio **CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA**, acima qualificado, retira-se da sociedade, neste ato, vendendo e transferindo vinte mil (20.000) cotas de capital social ao sócio recém admitido, Sr. **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, acima qualificado, pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), declarando ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade bem como pelas quotas ora vendidas e transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

**QUARTA** – O Sócio **ÁLVARO DE PAULA**, acima qualificado, retira-se da sociedade, neste ato, vendendo e transferindo dezenove mil e seiscentas (19.600) cotas de capital social ao sócio recém admitido **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, acima





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

qualificado, pelo valor de R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais), e quatrocentas (400) cotas de capital social ao sócio recém adinido DIEGO MORELLI SILVA NUNES, acima qualificado, pelo valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), declarando ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade bem com pelas quotas ora vendidas e transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação. Fica estabelecido que o sócio Álvaro de Paula, o qual sempre exerceu a gestão da sociedade, será o único responsável por todos os ativos e passivos existentes até a presente data na sociedade, bem como algum outro que porventura venha a surgir, eximindo, dessa forma, o ex-sócio cotista Cícero Magno Resende Braga de toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista, criminal ou de outra natureza.

**QUINTA** – Em razão das alterações supra indicadas, o Capital Social que é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, passa a ser distribuído entre os cotistas da seguinte forma:

SÓCIO	QUANTIDADE QUOTAS	VALOR DA QUOTA	PARTICI- PAÇÃO (R\$)	PARTICI- PAÇÃO (%)
Lucas Portela Rocha Silva Nunes	39.600	1,00	39.600,00	99
Diego Morelli Silva Nunes	400	1,00	400,00	1
TOTAIS	40.000	1,00	40.000,00	100

**SEXTA** – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. Seu exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço geral e feita a demonstração de lucros e perdas.

**Parágrafo Único** – Por deliberação da maioria do capital social, os lucros apurados em balanço serão distribuídos proporcionalmente às quotas de cada sócio ou mantidos como reservas até posterior deliberação.

**SÉTIMA** – A Responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**OITAVA** – A sociedade empresária será administrada de forma isolada pelo sócio LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, o qual, com a designação de Diretor, representará a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a Lei lhe outorga para assegurar o regular funcionamento da sociedade.

**Parágrafo Único** – É expressamente proibido aos sócios o uso da denominação social em negócios estranhos às finalidades da sociedade, tais como: avais, fianças e outras garantias em benefício próprio ou de terceiros, sendo nulo para todos os fins, tais atos praticados em relação à sociedade.





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

---

**NONA** – O Diretor fixará o valor de sua retirada, a título de PRO-LABORE, que será levada a conta de despesas da sociedade, retirada essa que não poderá ser em valor inferior a um salário mínimo vigente no País, até o limite permitido por lei.

**DÉCIMA** – As quotas de capital social são indivisíveis e a sua transferência, a qualquer título, a terceiros, estranhos à sociedade, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa de todos os sócios, ficando assegurado aos sócios remanescentes o direito preferencial de aquisição, em igualdade de condições.

**Parágrafo Único** – O sócio que quiser transferir suas quotas de capital social, ou parte delas, deverá comunicar aos demais sócios, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, os demais sócios não tiverem exercido o direito de preferência de aquisição, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

**DÉCIMA PRIMEIRA** – Ocorrerá a dissolução da sociedade quando a maioria do capital assim determinar, sendo, nesta hipótese, o ativo líquido final distribuído entre os sócios, na proporção das quotas que possuem.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, naquela data, ser levantado um balanço geral especial, que apurará o valor das quotas do sócio falecido, sendo que seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento deverão manifestar o seu desejo de continuar ou não na sociedade. Devendo então ser efetivada a alteração contratual de ingresso ou retirada do sócio.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento dos haveres e direitos do sócio falecido, em caso de retirada da sociedade por parte dos herdeiros, será realizado de forma a não prejudicar o andamento normal da sociedade, em comum acordo.

**DÉCIMA SEGUNDA** – Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**DÉCIMA TERCEIRA** – Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação vigente.

**DÉCIMA QUARTA** – As partes elegem o foro da comarca de Sacramento, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

**II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em face das alterações acima, os sócios cotistas resolvem consolidar o contrato social da Sociedade empresária **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. – ME**, que passa a vigorar com as seguintes Cláusulas:

**DA DENOMINAÇÃO E SEDE**

**CLÁUSULA I** – A sociedade gira com a denominação social de **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. – ME** – sendo que o nome de fantasia é **ATIVIDADE FM**, tendo sede social na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde, Sacramento, Minas Gerais.

**DO OBJETIVO SOCIAL**

**CLÁUSULA II** – O objetivo social da sociedade é o da exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA III** – O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em quarenta mil (40.000) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas e distribuídas entre os cotistas da seguinte forma:

SÓCIO	QUANTIDADE QUOTAS	VALOR DA QUOTA	PARTICI- PAÇÃO (R\$)	PARTICI- PAÇÃO (%)
Lucas Portela Rocha Silva Nunes	39.600	1,00	39.600,00	99
Diego Morelli Silva Nunes	400	1,00	400,00	1
TOTAIS	40.000	1,00	40.000,00	100

**DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E FILIAIS**

**CLÁUSULA IV** – A sociedade iniciará suas atividades em 01/03/1996, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional.

**DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA  
DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

**CLÁUSULA V** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. Seu exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço geral e feita a demonstração de lucros e perdas.





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

---

**Parágrafo Único** – Por deliberação da maioria do capital social, os lucros apurados em balanço serão distribuídos proporcionalmente às quotas de cada sócio ou mantidos como reservas até posterior deliberação.

**DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**CLÁUSULA VI** - A Responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA VII** - A sociedade empresária será administrada de forma isolada pelo sócio **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, o qual, com a designação de Diretor, representará a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a Lei lhe outorga para assegurar o regular funcionamento da sociedade.

**Parágrafo Único** – É expressamente proibido aos sócios o uso da denominação social em negócios estranhos às finalidades da sociedade, tais como: avais, fianças e outras garantias em benefício próprio ou de terceiros, sendo nulo para todos os fins, tais atos praticados em relação à sociedade.

**DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**CLÁUSULA VIII** - O Diretor fixará o valor de sua retirada, a título de PRO-LABORE, que será levada a conta de despesas da sociedade, retirada essa que não poderá ser em valor inferior a um salário mínimo vigente no País, até o limite permitido por lei.

**DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**CLÁUSULA IX** - As quotas de capital social são indivisíveis e a sua transferência, a qualquer título, a terceiros, estranhos à sociedade, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa de todos os sócios, ficando assegurado aos sócios remanescentes o direito preferencial de aquisição, em igualdade de condições.

**Parágrafo Único** – O sócio que quiser transferir suas quotas de capital social, ou parte delas, deverá comunicar aos demais sócios, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, os demais sócios não tiverem exercido o direito de preferência de aquisição, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

**DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA X** – Ocorrerá a dissolução da sociedade quando a maioria do capital assim determinar, sendo, nesta hipótese, o ativo líquido final distribuído entre os sócios, na proporção das quotas que possuírem.





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

---

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, naquela data, ser levantado um balanço geral especial, que apurará o valor das quotas do sócio falecido, sendo que seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento deverão manifestar o seu desejo de continuar ou não na sociedade. Devendo então ser efetivada a alteração contratual de ingresso ou retirada do sócio.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento dos haveres e direitos do sócio falecido, em caso de retirada da sociedade por parte dos herdeiros, será realizado de forma a não prejudicar o andamento normal da sociedade, em comum acordo.

**DOS LUCROS E PREJUÍZOS**

**CLÁUSULA XI** – Os lucros e prejuízos, havidos durante o exercício social, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas possuídas, assim como poderão ficar em conta especial para futura destinação.

**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA XII** - Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA XIII** – Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação vigente.

**DO FORO DE ELEIÇÃO**

**CLÁUSULA XIV** – As partes elegem o foro da comarca de Sacramento, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento de quarta alteração e consolidação de contrato social contratual, na presença das testemunhas abaixo identificadas, em 4 vias de igual teor e forma.

Uberaba, 03 de Junho de 2009.



**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
- ME - CNPJ 01.105.531/0001-01 - NIRE 31204883003**

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

**ÁLVARO DE PAULA**

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

**CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA**

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

**LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

**DIEGO MORELLI SILVA NUNES**

Testemunhas:

*Antônio*

*Guil*

2º Tabelionato de Notas da Comarca de Uberaba-MG  
Tabelião Titular: FÚLVIO MÁRCIO FONTOURA  
Rua Major Eustáquio, 41 - Centro - CEP 38.010-270 - Telefax: (34) 3333-3899

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) assinalada(s) de:  
ÁLVARO DE PAULA, CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA, LUCAS PORTELA  
ROCHA SILVA NUNES, DIEGO MORELLI SILVA NUNES  
Uberaba, 16/11/2010 09:05:37  
Em testemunho da verdade,  
Francisco Nazareno Gonçalves



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4489039  
EM 17/11/2010  
#RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ME#  
PROTOCOLO: 10/551.337-7  
AD0304301











# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

### Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/393.068-9	J173943595933	10/08/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES



**QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA - ME  
CNPJ : 01.105.531/0001-01**

Pelo presente instrumento particular de Quinta Alteração de Contrato Social as partes a seguir qualificadas:

a) LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, nascido em 25/08/1990, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-14.402.597 – SSP/MG e do CPF nº 014.561.126-43, residente e domiciliado na Rua Dr. Levindo Batista de Carvalho, nº 394 – Bairro Olinda – CEP 38055-460 – UBERABA/MG.

b) DIEGO MORELLI SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, nascido em 19/11/1988, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-15.139.569 SSP/MG e do CPF nº 084.699.226-45, residente e domiciliada na Rua Manoel Gonçalves de Resende, nº 23 – Bairro Vila São Cristóvão – CEP 38040-240 – UBERABA/MG.

*Únicos* sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA - ME, com sede na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro – CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG, inscrita no CNPJ sob nº. 01.105.531/0001-01 e Contrato Social Primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE nº. 3120488300-3 em sessão de 29/02/1996;

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o referido contrato social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**1 – RETIRADA DE SÓCIO**

Retira-se da sociedade nesta data o sócio: DIEGO MORELLI SILVA NUNES , já qualificado no preâmbulo deste instrumento, que cede e transfere a totalidade das suas quotas sociais, ou seja, 400 (quatrocentos) quotas no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ao sócio recém admitido na sociedade ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, adiante qualificado; dando plena, geral e irrevogável quitação neste ato.

**2 - ADMISSÃO DE SÓCIO**

É admitido na sociedade nesta data o sócio: ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-4.614.932 SSP/MG e do CPF. nº 437.935.506-30, residente e domiciliado na Rua Itapagipe, nº 119 – Bairro Jardim Induberaba – CEP 38040-055 – UBERABA/MG, que adquiriu 400 (quatrocentos) quotas no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) do sócio retirante DIEGO MORELLI SILVA NUNES, já qualificado no preâmbulo deste instrumento.

Em virtude das alterações ora deliberadas, o Capital Social fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	Nº de Quotas	Valor R\$
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	39.600	39.600,00
ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES	400	400,00
TOTAL	40.000	40.000,00





### 3 - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Todos os sócios já qualificados no preâmbulo deste instrumento resolvem em comum e pleno acordo consolidar o Contrato Social, revogando expressamente, todas suas cláusulas e condições, passando a vigorar o Contrato Social seguinte:

## CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA - ME, e terá sede e domicílio na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro - CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG.

Cláusula Segunda - O objeto social será a exploração dos serviços de rdiodifusão sonora e de sons e imagens.

Cláusula Terceira - A sociedade iniciou suas atividades em 01/03/1996, e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo todo realizado e dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

NOME	Nº de Quotas	Valor R\$
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	39.600	39.600,00
ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES	400	400,00
TOTAL	40.000	40.000,00

Cláusula Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, individualmente e isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.



Cláusula Nona - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Primeira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Terceira - O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta - Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos sócios quotistas, periodicamente, a título de adiantamento de lucros, ou lucros efetivos, de forma proporcional ao capital social, de acordo com a legislação tributária vigente.

**Cláusula Décima Quinta** - Fica eleito o foro de SACRAMENTO/MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em uma única via.

UBERABA-MG, 1º de Agosto de 2017.

Assinam digitalmente o presente: LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES e DIEGO MORELLI SILVA NUNES.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

### Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/393.068-9	J173943595933	10/08/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES
084.699.226-45	DIEGO MORELLI SILVA NUNES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, de nire 3120488300-3 e protocolado sob o número 17/393.068-9 em 10/08/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6322730, em 18/08/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Paulo Roberto Godoi Linhares de Souza.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES
084.699.226-45	DIEGO MORELLI SILVA NUNES

Belo Horizonte. Sexta-feira, 18 de Agosto de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 6322730 em 18/08/2017 da Empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, Nire 31204883003 e protocolo 173930689 - 17. Autenticação: 72E6F76E23F8FE25422C864035AE10B3FF38297. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/393.068-9 e o código de segurança wGkd Esta cópia foi autenticada em 18/08/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

<https://portalvalidar.jucemg.mg.gov.br/validarDocumento?chave=72E6F76E23F8FE25422C864035AE10B3FF38297>

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
089.379.086-97	PAULO ROBERTO GODOI LINHARES DE SOUZA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. Sexta-feira, 18 de Agosto de 2017

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 6322730 em 18/08/2017 da Empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, Nire 31204883003 e protocolo 173930689 - 17. Autenticação: 72E6F76E23F8FE25422C864035AE10B3FF38297. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 17/393.068-9 e o código de segurança wGkd Esta cópia foi autenticada e assinada em 18/08/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/178.424-9	MGN2147589576	25/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES



**SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA  
CNPJ : 01.105.531/0001-01**

Pelo presente instrumento particular de Sexta Alteração de Contrato Social as partes a seguir qualificadas:

a) ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-4.614.932 SSP/MG e do CPF. nº 437.935.506-30, residente e domiciliado na Rua Itapagipe, nº 119 – Bairro Jardim Induberaba – CEP 38040-055 – UBERABA/MG.

b) LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, nascido em 25/08/1990, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-14.402.597 – SSP/MG e do CPF nº 014.561.126-43, residente e domiciliado na Rua Dr. Levindo Batista de Carvalho, nº 394 – Bairro Olinda – CEP 38055-460 – UBERABA/MG.

*Únicos* sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, com sede na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro – CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG, inscrita no CNPJ sob nº. 01.105.531/0001-01 e Contrato Social Primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE nº. 3120488300-3 em sessão de 29/02/1996;

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o referido contrato social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**1 – ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade passa a ser exercida pelo administrador/sócio ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, que representará a sociedade individualmente e isoladamente.

**2 - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Todos os sócios já qualificados no preâmbulo deste instrumento resolvem em comum e pleno acordo consolidar o Contrato Social, revogando expressamente, todas suas cláusulas e condições, passando a vigorar o Contrato Social seguinte:

**CONTRATO SOCIAL**

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, e terá sede e domicílio na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro - CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG.

Cláusula Segunda - O objeto social será a exploração dos serviços de rdiodifusão sonora e de sons e imagens.

Cláusula Terceira - A sociedade iniciou suas atividades em 01/03/1996, e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo todo realizado e dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:





NOME	Nº de Quotas	Valor R\$
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	39.600	39.600,00
ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES	400	400,00
TOTAL	40.000	40.000,00

Cláusula Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, individualmente e isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Nona - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Primeira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Terceira - O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



Cláusula Décima Quarta - Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos sócios quotistas, periodicamente, a título de adiantamento de lucros, ou lucros efetivos, de forma proporcional ao capital social, de acordo com a legislação tributária vigente.

Cláusula Décima Quinta - Fica eleito o foro de SACRAMENTO/MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em uma única via.

SACRAMENTO-MG, 22 de Janeiro de 2021.

Assinam digitalmente o presente: ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES e LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/178.424-9	MGN2147589576	25/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, de NIRE 3120488300-3 e protocolado sob o número 21/178.424-9 em 26/01/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8330509, em 27/01/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Alberto Vieira Filho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

Belo Horizonte, quarta-feira, 27 de janeiro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Alberto Vieira Filho, Servidor(a) Público(a), em 27/01/2021, às 10:41 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 21/178.424-9.

Página 1 de 1





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 27 de janeiro de 2021

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8









# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/271.784-7	MGN2115445011	05/03/2021

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA  
CNPJ : 01.105.531/0001-01**

Pelo presente instrumento particular de Sétima Alteração de Contrato Social as partes a seguir qualificadas:

a) ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-4.614.932 SSP/MG e do CPF. nº 437.935.506-30, residente e domiciliado na Rua Itapagipe, nº 119 – Bairro Jardim Induberaba – CEP 38040-055 – UBERABA/MG.

b) LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, brasileiro, maior, solteiro, radialista, nascido em 25/08/1990, portador da Cédula de Identidade RG. nº MG-14.402.597 – SSP/MG e do CPF nº 014.561.126-43, residente e domiciliado na Rua Dr. Levindo Batista de Carvalho, nº 394 – Bairro Olinda – CEP 38055-460 – UBERABA/MG.

*Únicos* sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, com sede na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro – CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG, inscrita no CNPJ sob nº. 01.105.531/0001-01 e Contrato Social Primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE nº. 3120488300-3 em sessão de 29/02/1996;

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o referido contrato social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**1 – ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade passa a ser exercida pelo administrador/sócio LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, que representará a sociedade individualmente e isoladamente.

**2 - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Todos os sócios já qualificados no preâmbulo deste instrumento resolvem em comum e pleno acordo consolidar o Contrato Social, revogando expressamente, todas suas cláusulas e condições, passando a vigorar o Contrato Social seguinte:

**CONTRATO SOCIAL**

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, e terá sede e domicílio na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde – Bairro Centro - CEP 38190-000 – SACRAMENTO/MG.

Cláusula Segunda - O objeto social será a exploração dos serviços de rdiodifusão sonora e de sons e imagens.

Cláusula Terceira - A sociedade iniciou suas atividades em 01/03/1996, e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quarta - O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo todo realizado e dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:



NOME	Nº de Quotas	Valor R\$
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	39.600	39.600,00
ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES	400	400,00
TOTAL	40.000	40.000,00

Cláusula Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES, individualmente e isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Nona - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Primeira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Terceira - O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de





consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta - Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos sócios quotistas, periodicamente, a título de adiantamento de lucros, ou lucros efetivos, de forma proporcional ao capital social, de acordo com a legislação tributária vigente.

Cláusula Décima Quinta - Fica eleito o foro de SACRAMENTO/MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em uma única via.

SACRAMENTO-MG, 04 de Março de 2021.

Assinam digitalmente o presente: ANTÔNIO CARLOS SILVA NUNES e LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/271.784-7	MGN2115445011	05/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, de NIRE 3120488300-3 e protocolado sob o número 21/271.784-7 em 05/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8412660, em 08/03/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Roberto Ferreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES
437.935.506-30	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por Roberto Ferreira, Servidor(a) Público(a), em 08/03/2021, às 11:03 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 21/271.784-7.

Página 1 de 1

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 8412660 em 08/03/2021 da Empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, Nire 31204883003 e protocolo 212717847 - 21. Autenticação: 80F37895EBDAF61DA86443866D418D12B271247. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/271.784-7 e o código de segurança HKVg Esta cópia foi autenticada e assinada em 08/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de março de 2021



registro sob o nº 8412660 em 08/03/2021 da Empresa RADIO ATIVIDADE FM LTDA -ME, Nire 31204883003 e protocolo 212717847 - 21. Autenticação: 80F37895EBDAF61DA86443866D418D12B271247. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 21/271.784-7 e o código de segurança HKVg Esta cópia foi autenticada em 08/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

pág. 8/8



## Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **21/292.596-2**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ME**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120488300-3, CNPJ 01.105.531/0001-01, ATIVA, com sede na AVENIDA CAPITAO BORGES, 100, SEGUNDO PISO, BAIRRO GALERIA RIO VERDE, SACRAMENTO/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	29/02/1996	31204883003	15/02/1996
ALTERACAO	02/05/1997	1537180	29/04/1997
ALTERACAO	12/08/1999	1797777	04/08/1999
ALTERACAO	14/08/2002	2810501	26/03/2002
ALTERACAO	17/11/2010	4489039	03/06/2009
ALTERACAO	18/08/2017	6322730	01/08/2017
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	28/12/2018	7112393	03/12/2018
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	17/12/2019	7609296	10/12/2019
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	10/12/2020	8133790	03/12/2020
ALTERACAO	27/01/2021	8330509	22/01/2021
ALTERACAO	08/03/2021	8412660	04/03/2021

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 15 de Março de 2021.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL





Uberaba, 03 de Março de 2021.  
CIRCULAR Nº 01/2021  
Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física 2021

Prezado Cliente,

Em 1º de março de 2021 iniciamos o processo para confecção da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. Para um bom entendimento segue abaixo explicações acerca do tema em tela:

- Quem está obrigado a entregar a declaração?

R. Está obrigado a apresentar a Declaração de Ajuste Anual o contribuinte residente no Brasil, que, no ano calendário de 2020, se enquadre entre outras, em uma das seguintes situações:

1. Recebeu rendimentos tributáveis na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70, tais como: rendimentos do trabalho assalariado, não assalariado, proventos de aposentadoria, pensões, aluguéis, pro labore, atividade rural;
2. Recebeu rendimentos isentos não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00;
3. Realizou em qualquer mês do ano-calendário 2020:

- alienação de bens ou direitos em que foi apurado ganho de capital, sujeito à incidência do imposto (preencher o Demonstrativo da Apuração dos Ganhos de Capital e Demonstrativo da Apuração dos Ganhos de Capital – Moeda Estrangeira); ou

4. Teve a posse ou propriedade de bens ou direitos, em 31/12/2020, inclusive terra nua, cujo valor total foi superior a R\$ 300.000,00;
5. Obteve Receita Bruta de atividade rural superior a R\$ 142.798,50;
6. Optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 dias contados da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.
7. Recebeu auxílio emergencial para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença causada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19), em qualquer valor, e outros rendimentos tributáveis em valor anual superior a R\$ 22.847,76.

- Quais os procedimentos e quais documentos são necessários?

R. Os interessados em efetuá-la conosco, devem entrar em contato com Carlos, Cristiano ou Leonardo, a fim de agendar sua confecção, enviando-nos com antecedência os documentos abaixo relacionados:

- Informes de rendimentos recebidos do ano-calendário 2020;
- Recibo de Pagamentos a Autônomos (RPAs) – Informe de Rendimentos;
- Informes de rendimentos de contas correntes bancárias, aplicações financeiras e cadernetas de poupança, saldo em 31/12/2020 (fornecidos pelos bancos);
- Extratos de ações e notas de compra e venda – Posição Final – Informe de Rendimentos;



- Recibos de despesas pagas em 2020 a: médicos, planos de saúde, dentistas, psicólogos, clínicas e hospitais;
  - Recibos de despesas com instrução, pagas em 2020;
  - Comprovante de pensão alimentícia judicial, pagas em 2020;
  - Cópia dos documentos de compra e venda de bens imóveis (recibos, contratos de compra e venda, escritura, matrícula no registro de imóveis);
  - Informação sobre compra e venda de veículos automotores (automóveis, motos e outros), com cópia da Nota Fiscal ou recibo das transmissões contendo a informação do RENAVAM;
  - Dívidas Contraídas, pagamentos efetuados e posição final;
  - Fornecer cópia simples do título de eleitor;
  - Informar número de inscrição do trabalhador – NIT junto à previdência social (INSS) do empregado doméstico e valores pagos em 2020;
  - Relação de dependentes com CPF;
  - Comprovante de rendimentos com aluguel (caso possuam imóvel alugado);
  - Aos clientes que receberam o Auxílio Emergencial em 2020, favor nos informar junto ao envio da documentação, e nos enviar o nome da mãe completo, para que seja retirado o informe de rendimentos;
  - Aos que efetuaram o saque do FGTS Emergencial, nos informar o valor recebido, para que o mesmo seja lançado na declaração;
  - Para quem não fez a declaração anterior conosco, deve trazer cópia desta declaração.
- Qual o prazo de entrega?  
R. O prazo de entrega continua sendo o último dia útil do mês de abril (30/04/2021), portanto é imprescindível o envio antecipado dos documentos para evitarmos contratempos, lembrando que a entrega fora do prazo ensejará uma multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido nela apurado, ainda que integralmente pago, multa esta que terá valor mínimo de R\$ 165,74 e valor máximo correspondente a 20% do Imposto sobre a Renda devido.

Em caso de dúvida, favor entrar em contato conosco para os devidos esclarecimentos.

Sem mais para o momento, antecipamentos nossos agradecimentos.

Atenciosamente.

A Diretoria





**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
**Imposto sobre a Renda da Pessoa Física**  
**Exercício de 2021**

Comprovante de Rendimentos Pagos e de  
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**Ano-calendário de 2020**

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <receita.economia.gov.br>.

**1. Fonte Pagadora Pessoa Jurídica**

CNPJ	Nome Empresarial
01.105.531/0001-01	RADIO ATIVIDADE FM LTDA

**2. Pessoa Física Beneficiária dos Rendimentos**

CPF	Nome Completo
014.561.126-43	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES
Natureza do Rendimento	
Rendimentos do trabalho assalariado	

**3. Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido da Fonte**

**Valores em reais**

1. Total dos rendimentos (inclusive férias)	12.487,00
2. Contribuição previdenciária oficial	1.373,57
3. Contribuição a entidades de previdência complementar, pública ou privada, e a fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) (preencher também o quadro 7)	0,00
4. Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00

**4. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis**

**Valores em reais**

1. Parcela isenta dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão (65 anos ou mais)	0,00
2. Diárias e ajuda de custo	0,00
3. Pensão e proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave; proventos de aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
4. Lucros e dividendos, apurados a partir de 1996, pagos por pessoa jurídica (lucro real, presumido ou arbitrado)	0,00
5. Valores pagos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pro labore, aluguéis ou serviços prestados	0,00
6. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV e por acidente de trabalho	0,00
7. Outros:	0,00

**5. Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (rendimento líquido)**

**Valores em reais**

1. Décimo terceiro salário	0,00
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	0,00
3. Outros	0,00

**6. Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (sujeitos à tributação exclusiva)**

6.1 Número do processo: (especificar)	Quantidade de meses	0,0
Natureza do rendimento: (especificar)		
<b>Valores em reais</b>		
1. Total dos rendimentos tributáveis (inclusive férias e décimo terceiro salário)	0,00	
2. Exclusão: Despesas com a ação judicial	0,00	
3. Dedução: Contribuição previdenciária oficial	0,00	
4. Dedução: Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00	
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00	
6. Rendimentos isentos de pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00	

**7. Informações Complementares**

--

**8. Responsável pelas Informações**

Nome	Data	Assinatura
CRISTIANO MARIANO SOARES	25/02/2021	

Aprovado pela Lei nº 1.682, de 28 de dezembro de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>





**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
**Imposto sobre a Renda da Pessoa Física**  
**Exercício de 2021**

Comprovante de Rendimentos Pagos e de  
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**Ano-calendário de 2020**

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <receita.economia.gov.br>.

**1. Fonte Pagadora Pessoa Jurídica**

CNPJ	Nome Empresarial
01.105.531/0001-01	RADIO ATIVIDADE FM LTDA

**2. Pessoa Física Beneficiária dos Rendimentos**

CPF	Nome Completo
042.885.276-94	PATRICIA BEATRIZ CARVALHO
Natureza do Rendimento	
Rendimentos do trabalho assalariado	

**3. Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido da Fonte**

**Valores em reais**

1. Total dos rendimentos (inclusive férias)	10.727,07
2. Contribuição previdenciária oficial	811,09
3. Contribuição a entidades de previdência complementar, pública ou privada, e a fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) (preencher também o quadro 7)	0,00
4. Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00

**4. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis**

**Valores em reais**

1. Parcela isenta dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão (65 anos ou mais)	0,00
2. Diárias e ajuda de custo	0,00
3. Pensão e proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave; proventos de aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
4. Lucros e dividendos, apurados a partir de 1996, pagos por pessoa jurídica (lucro real, presumido ou arbitrado)	0,00
5. Valores pagos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pro labore, aluguéis ou serviços prestados	0,00
6. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV e por acidente de trabalho	0,00
7. Outros:	0,00

**5. Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (rendimento líquido)**

**Valores em reais**

1. Décimo terceiro salário	886,08
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	0,00
3. Outros	0,00

**6. Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (sujeitos à tributação exclusiva)**

6.1 Número do processo: (especificar)	Quantidade de meses	0,0
Natureza do rendimento: (especificar)		
<b>Valores em reais</b>		
1. Total dos rendimentos tributáveis (inclusive férias e décimo terceiro salário)	0,00	
2. Exclusão: Despesas com a ação judicial	0,00	
3. Dedução: Contribuição previdenciária oficial	0,00	
4. Dedução: Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00	
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00	
6. Rendimentos isentos de pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00	

**7. Informações Complementares**

--

**8. Responsável pelas Informações**

Nome	Data	Assinatura
CRISTIANO MARIANO SOARES	25/02/2021	

Aprovado pela IN RFB nº 1.682, de 28 de dezembro de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
**Imposto sobre a Renda da Pessoa Física**  
**Exercício de 2021**

Comprovante de Rendimentos Pagos e de  
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**Ano-calendário de 2020**

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <receita.economia.gov.br>.

**1. Fonte Pagadora Pessoa Jurídica**

CNPJ	Nome Empresarial
01.105.531/0001-01	RADIO ATIVIDADE FM LTDA

**2. Pessoa Física Beneficiária dos Rendimentos**

CPF	Nome Completo
056.771.026-28	CRISLENE APARECIDA DA SILVA LOBATO
Natureza do Rendimento	
Rendimentos do trabalho assalariado	

**3. Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido da Fonte**

**Valores em reais**

1. Total dos rendimentos (inclusive férias)	12.882,33
2. Contribuição previdenciária oficial	981,76
3. Contribuição a entidades de previdência complementar, pública ou privada, e a fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) (preencher também o quadro 7)	0,00
4. Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00

**4. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis**

**Valores em reais**

1. Parcela isenta dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão (65 anos ou mais)	0,00
2. Diárias e ajuda de custo	0,00
3. Pensão e proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave; proventos de aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
4. Lucros e dividendos, apurados a partir de 1996, pagos por pessoa jurídica (lucro real, presumido ou arbitrado)	0,00
5. Valores pagos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pro labore, aluguéis ou serviços prestados	0,00
6. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV e por acidente de trabalho	0,00
7. Outros:	0,00

**5. Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (rendimento líquido)**

**Valores em reais**

1. Décimo terceiro salário	966,63
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	0,00
3. Outros	0,00

**6. Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (sujeitos à tributação exclusiva)**

6.1 Número do processo: (especificar)	Quantidade de meses	0,0
Natureza do rendimento: (especificar)		
<b>Valores em reais</b>		
1. Total dos rendimentos tributáveis (inclusive férias e décimo terceiro salário)	0,00	
2. Exclusão: Despesas com a ação judicial	0,00	
3. Dedução: Contribuição previdenciária oficial	0,00	
4. Dedução: Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00	
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00	
6. Rendimentos isentos de pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00	

**7. Informações Complementares**

--

**8. Responsável pelas Informações**

Nome	Data	Assinatura
CRISTIANO MARIANO SOARES	25/02/2021	

Aprovado pela IN RFB nº 1.682, de 28 de dezembro de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
**Imposto sobre a Renda da Pessoa Física**  
**Exercício de 2021**

Comprovante de Rendimentos Pagos e de  
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**Ano-calendário de 2020**

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <receita.economia.gov.br>.

**1. Fonte Pagadora Pessoa Jurídica**

CNPJ	Nome Empresarial
01.105.531/0001-01	RADIO ATIVIDADE FM LTDA

**2. Pessoa Física Beneficiária dos Rendimentos**

CPF	Nome Completo
056.788.838-01	MARIA ANALIA LOPES POLIDO JOSE
Natureza do Rendimento	
Rendimentos do trabalho assalariado	

**3. Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido da Fonte**

**Valores em reais**

1. Total dos rendimentos (inclusive férias)	12.835,33
2. Contribuição previdenciária oficial	983,23
3. Contribuição a entidades de previdência complementar, pública ou privada, e a fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) (preencher também o quadro 7)	0,00
4. Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00

**4. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis**

**Valores em reais**

1. Parcela isenta dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão (65 anos ou mais)	0,00
2. Diárias e ajuda de custo	0,00
3. Pensão e proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave; proventos de aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
4. Lucros e dividendos, apurados a partir de 1996, pagos por pessoa jurídica (lucro real, presumido ou arbitrado)	0,00
5. Valores pagos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pro labore, aluguéis ou serviços prestados	0,00
6. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV e por acidente de trabalho	0,00
7. Outros:	0,00

**5. Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (rendimento líquido)**

**Valores em reais**

1. Décimo terceiro salário	966,63
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	0,00
3. Outros	0,00

**6. Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (sujeitos à tributação exclusiva)**

6.1 Número do processo: (especificar)	Quantidade de meses	0,0
Natureza do rendimento: (especificar)		
<b>Valores em reais</b>		
1. Total dos rendimentos tributáveis (inclusive férias e décimo terceiro salário)	0,00	
2. Exclusão: Despesas com a ação judicial	0,00	
3. Dedução: Contribuição previdenciária oficial	0,00	
4. Dedução: Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00	
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00	
6. Rendimentos isentos de pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00	

**7. Informações Complementares**

--

**8. Responsável pelas Informações**

Nome	Data	Assinatura
CRISTIANO MARIANO SOARES	25/02/2021	

Aprovado pela IN RFB nº 1.682, de 28 de dezembro de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>





**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
**Imposto sobre a Renda da Pessoa Física**  
**Exercício de 2021**

Comprovante de Rendimentos Pagos e de  
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**Ano-calendário de 2020**

Verifique as condições e o prazo para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para este ano-calendário no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <receita.economia.gov.br>.

**1. Fonte Pagadora Pessoa Jurídica**

CNPJ	Nome Empresarial
01.105.531/0001-01	RADIO ATIVIDADE FM LTDA

**2. Pessoa Física Beneficiária dos Rendimentos**

CPF	Nome Completo
060.036.106-38	FABIANO LUIS PORFIRIO
Natureza do Rendimento	
Rendimentos do trabalho assalariado	

**3. Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido da Fonte**

**Valores em reais**

1. Total dos rendimentos (inclusive férias)	1.586,77
2. Contribuição previdenciária oficial	126,94
3. Contribuição a entidades de previdência complementar, pública ou privada, e a fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) (preencher também o quadro 7)	0,00
4. Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00

**4. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis**

**Valores em reais**

1. Parcela isenta dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão (65 anos ou mais)	0,00
2. Diárias e ajuda de custo	0,00
3. Pensão e proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave; proventos de aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
4. Lucros e dividendos, apurados a partir de 1996, pagos por pessoa jurídica (lucro real, presumido ou arbitrado)	0,00
5. Valores pagos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, exceto pro labore, aluguéis ou serviços prestados	0,00
6. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV e por acidente de trabalho	4.863,41
7. Outros:	0,00

**5. Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva (rendimento líquido)**

**Valores em reais**

1. Décimo terceiro salário	159,31
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	0,00
3. Outros	0,00

**6. Rendimentos Recebidos Acumuladamente - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988 (sujeitos à tributação exclusiva)**

6.1 Número do processo: (especificar)	Quantidade de meses	0,0
Natureza do rendimento: (especificar)		
<b>Valores em reais</b>		
1. Total dos rendimentos tributáveis (inclusive férias e décimo terceiro salário)	0,00	
2. Exclusão: Despesas com a ação judicial	0,00	
3. Dedução: Contribuição previdenciária oficial	0,00	
4. Dedução: Pensão alimentícia (preencher também o quadro 7)	0,00	
5. Imposto sobre a renda retido na fonte	0,00	
6. Rendimentos isentos de pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00	

**7. Informações Complementares**

--

**8. Responsável pelas Informações**

Nome	Data	Assinatura
CRISTIANO MARIANO SOARES	25/02/2021	

Aprovado pela IN RFB nº 1.682, de 28 de dezembro de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

### SACRAMENTO

## CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: RADIO ATIVIDADE FM LTDA-ME  
CNPJ: 01.105.531/0001-01

#### Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 09 de Março de 2021 às 10:08

SACRAMENTO, 09 de Março de 2021 às 13:04

**Código de Autenticação:** 2103-0913-0409-0382-7892

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.105.531/0001-01</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>21/03/1996</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>RADIO ATIVIDADE FM LTDA</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ATIVIDADE FM</b>	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente</b> <b>61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM</b> <b>61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV CAPITAO BORGES</b>	NÚMERO <b>100</b>	COMPLEMENTO <b>SEGUNDO PISO</b>
--	----------------------	------------------------------------

CEP <b>38.190-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>SACRAMENTO</b>	UF <b>MG</b>
--------------------------	----------------------------------	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>RADIODIFUSORAUBERABA@YAHOO.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(34) 3351-4848</b>
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/06/2005</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/03/2021** às **08:41:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO ATIVIDADE FM LTDA**  
**CNPJ: 01.105.531/0001-01**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n<sup>o</sup> 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n<sup>o</sup> 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 01:55:05 do dia 23/09/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 22/03/2021.


Código de controle da certidão: **481A.16B2.0CBB.D002**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
02/03/2021

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
31/05/2021

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO ATIVIDADE FM LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 569199362.00-82

CNPJ/CPF: 01.105.531/0001-01

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AVE CAPITAO BORGES

NÚMERO: 100

COMPLEMENTO: PS 02,

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38190000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: SACRAMENTO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000451009559





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ME CNPJ: 01105531000101

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWUDMGAXVDUFPWW1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Sacramento (MG), 02 de Março de 2021





**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** RADIOATIVIDADE FM LTDA**CNPJ:** 01.105.531/0001-01

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:08:18 do dia 02/03/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/04/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 01.105.531/0001-01  
**Razão Social:** RADIO ATIVIDADE FM LTDA ME  
**Endereço:** AV CAPITAO BORGES 100 SEGUNDO PISO / CENTRO / SACRAMENTO / MG / 38190-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2021 a 02/04/2021

**Certificação Número:** 2021030400503660096108

Informação obtida em 16/03/2021 08:44:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ATIVIDADE FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 01.105.531/0001-01  
Certidão nº: 7666438/2021  
Expedição: 02/03/2021, às 15:05:14  
Validade: 28/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ATIVIDADE FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.105.531/0001-01**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Id solicitação: 57dbac25292c2

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIOATIVIDADE FM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (34) 33515125	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 01.105.531/0001-01	<b>Número do Fistel:</b> 50001791966
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 13/08/2001	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> DNPV339/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 45.306/2004;Ato nº 3.282, de 20/05/2010, publicada no DOU. de 24/05/2010. Ato nº 1902, de 21 de junho de 2016, publicado na Seção 1, página 13, do DOU de 30/06/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> - 2º PISO - GALERIA RIO VERDE	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> 2º PISO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100,	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA ARNALDO ZANDONAI DI	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AV CAPITÃO BORGES 2 PISO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

## Informações do Plano Basico

Localização			
<b>Município:</b> Sacramento		<b>UF:</b> MG	

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 256	<b>Frequência:</b> 99.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP Máxima:</b> 0.039kW
<b>HCI:</b> 39 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 323720986	<b>Número Indicativo:</b> ZYT570
<b>Data Último Licenciamento:</b> 02/12/2009	<b>Número da Licença:</b> 000011/2009-MG

Estação Principal
-------------------



021 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Localização		
Latitude: 19°52'34" S	Longitude: 47°25'52" W	Cota da base: 960 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTFM3A-4	Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS				
Ganho: 3.23 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 39 m	ERP Máxima: 0.04 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.43	5°: 0	10°: 0.4	15°: 0	20°: 0.37	25°: 0	30°: 0.33	35°: 0	40°: 0.28	45°: 0	50°: 0.23	55°: 0
60°: 0.18	65°: 0	70°: 0.11	75°: 0	80°: 0.03	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0.04	105°: 0	110°: 0.11	115°: 0
120°: 0.18	125°: 0	130°: 0.21	135°: 0	140°: 0.23	145°: 0	150°: 0.24	155°: 0	160°: 0.24	165°: 0	170°: 0.23	175°: 0
180°: 0.24	185°: 0	190°: 0.29	195°: 0	200°: 0.36	205°: 0	210°: 0.43	215°: 0	220°: 0.49	225°: 0	230°: 0.56	235°: 0
240°: 0.62	245°: 0	250°: 0.67	255°: 0	260°: 0.71	265°: 0	270°: 0.72	275°: 0	280°: 0.71	285°: 0	290°: 0.67	295°: 0
300°: 0.62	305°: 0	310°: 0.56	315°: 0	320°: 0.48	325°: 0	330°: 0.43	335°: 0	340°: 0.41	345°: 0	350°: 0.43	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 039497XXX0345	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: .300 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



<b>Modelo:</b>		<b>Fabricante:</b>	
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>		
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.04 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	269	Portaria	MC	04/12/1998	08/12/1998	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	60	Portaria	DMC-MG	25/04/2002	17/05/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	176	Decreto Legislativo	CN	06/06/2001	07/06/2001	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	42145	Ato	ER	02/02/2004	05/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	309	Portaria	SSCE	22/05/2007	12/06/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	202	Despacho	MC	21/06/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	724	Portaria	SSCE	12/08/2010	23/08/2010	Transferência Indireta	Jurídico
53500.065514/2017-92	10547	Ato	ORLE	21/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 01.105.531/0001-01

### RADIO ATIVIDADE FM LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	<a href="#">437.935.506-30</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	<a href="#">014.561.126-43</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 28/04/2021

Hora: 07:55:38



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 014.561.126-43

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	<a href="#">014.561.126-43</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

**Usuário:** [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

**Data:** 28/04/2021

**Hora:** 07:56:43



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 437.935.506-30

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	<a href="#">437.935.506- 30</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001- 01</a>	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **28/04/2021**

Hora: **07:56:14**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Sacramento

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO N.S. PATROCINIO DO SANTISSIMO SACRAMENTO	Sacramento	08/04/1980	
RADIO ATIVIDADE FM LTDA	Sacramento	13/08/2001	13/08/2011

Usuário: Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 28/04/2021

Hora: 08:00:13

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIOATIVIDADE FM LTDA

**CNPJ:** 01.105.531/0001-01

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:54:46 do dia 28/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Data de Envio

28/04/2021 08:13:56

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta de Pena de Cassação

Mensagem

Processo nº 53115.007074/2021-89

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo de - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga de RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, em Sacramento, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade é a cassação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

**RE: Consulta de Pena de Cassação**

cgfm &lt;cgfm@mcom.gov.br&gt;

Qui, 29/04/2021 09:47

**Para:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@cmtic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que essa consulta já foi respondida anteriormente, em 23 de abril de 2021. Favor consultar a sua caixa de email.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@cmtic.gov.br>

**Enviado:** quarta-feira, 28 de abril de 2021 08:13

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta de Pena de Cassação

Processo nº 53115.007074/2021-89

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: Allana Grasielle Batista Costa

Data/Hora: 23/11/2021 11:53:13

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG		Município: Sacramento		
Entidade		Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO N.S. PATROCINIO DO SANTISSIMO SACRAMENTO		Sacramento	08/04/1980	
Usuário: allana.colab - Allana Grasielle Batista Costa				
Data: 23/11/2021		Hora: 11:53:13		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp?hdnImprimir=true/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



BOM DIA  
Allana Grasielle Batista Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		01.105.531/0001-01									
RADIO ATIVIDADE FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	<a href="#">437.935.506-30</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	<a href="#">014.561.126-43</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: [allana.colab - Allana Grasielle Batista Costa](#)

Data: [23/11/2021](#)

Hora: [11:50:58](#)





BOM DIA

Allana Grasielle Batista Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		437.935.506-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	<a href="#">437.935.506-30</a>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: [allana.colab - Allana Grasielle Batista Costa](#)

Data: [23/11/2021](#)

Hora: [11:52:51](#)



BOM DIA

Allana Grasielle Batista Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		014.561.126-43									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	014.561.126-43	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: allana.colab - Allana Grasielle Batista Costa

Data: 23/11/2021

Hora: 11:53:02



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIOATIVIDADE FM LTDA**

**CNPJ:** **01.105.531/0001-01**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:51:13 do dia 23/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Id solicitação: 57dbac25292c2

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIOATIVIDADE FM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (34) 33515125	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 01.105.531/0001-01	<b>Número do Fistel:</b> 50001791966
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 13/08/2001	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> DNPV339/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 45.306/2004;Ato nº 3.282, de 20/05/2010, publicada no DOU. de 24/05/2010. Ato nº 1902, de 21 de junho de 2016, publicado na Seção 1, página 13, do DOU de 30/06/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> - 2º PISO - GALERIA RIO VERDE	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> 2º PISO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100,	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA ARNALDO ZANDONAI	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AV CAPITÃO BORGES 2 PISO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização			
<b>Município:</b> Sacramento		<b>UF:</b> MG	

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 256	<b>Frequência:</b> 99.1 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP Máxima:</b> 1.652kW
<b>HCI:</b> 39 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



Informações Gerais	
Número da Estação: 323720986	Número Indicativo: ZYT570
Data Último Licenciamento: 23/11/2021	Número da Licença: 53500.078716/2021-81

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 19°52'34" S	Longitude: 47°25'52" W	Cota da base: 961.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTFM3A-4	Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS				
Ganho: 3.23 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 39 m	ERP Máxima: 1.65 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.38	5°: 0.38	10°: 0.38	15°: 0.38	20°: 0.37	25°: 0.36	30°: 0.34	35°: 0.33	40°: 0.29	45°: 0.26	50°: 0.22	55°: 0.18
60°: 0.14	65°: 0.1	70°: 0.07	75°: 0.05	80°: 0.02	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.03	110°: 0.06	115°: 0.09
120°: 0.13	125°: 0.18	130°: 0.21	135°: 0.24	140°: 0.27	145°: 0.3	150°: 0.33	155°: 0.35	160°: 0.36	165°: 0.36	170°: 0.37	175°: 0.37
180°: 0.37	185°: 0.37	190°: 0.37	195°: 0.38	200°: 0.39	205°: 0.4	210°: 0.42	215°: 0.45	220°: 0.47	225°: 0.51	230°: 0.54	235°: 0.58
240°: 0.62	245°: 0.66	250°: 0.69	255°: 0.71	260°: 0.73	265°: 0.74	270°: 0.73	275°: 0.73	280°: 0.7	285°: 0.68	290°: 0.64	295°: 0.6
300°: 0.56	305°: 0.52	310°: 0.48	315°: 0.45	320°: 0.42	325°: 0.4	330°: 0.39	335°: 0.37	340°: 0.37	345°: 0.37	350°: 0.37	355°: 0.37

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°4 9'36.16" S Lon 47°25'52" W	5°: Lat 19°4 9'36.83" S Lon 47°25'35.52" W	10°: Lat 19°49'38.86" S Lon 47°25'19.17" W	15°: Lat 19°48'38.08" S Lon 47°24'44.81" W	20°: Lat 19°47'59.92" S Lon 47°24'5.98" W	25°: Lat 19°48'48.34" S Lon 47°24'0.15" W	30°: Lat 19°49'51.76" S Lon 47°24'12.43" W	35°: Lat 19°50'8.31" S Lon 47°24'3.56" W	40°: Lat 19°50'17.75" S Lon 47°23'50.47" W	45°: Lat 19°50'28.23" S Lon 47°23'38.31" W	50°: Lat 19°50'39.67" S Lon 47°23'27.16" W	55°: Lat 19°50'51.98" S Lon 47°23'17.12" W
60°: Lat 19°51'5.06" S Lon 47°23'8.25" W	65°: Lat 19°51'18.82" S Lon 47°23'0.63" W	70°: Lat 19°51'33.15" S Lon 47°22'54.31" W	75°: Lat 19°51'47.94" S Lon 47°22'49.35" W	80°: Lat 19°52'3.09" S Lon 47°22'45.78" W	85°: Lat 19°52'18.47" S Lon 47°22'43.62" W	90°: Lat 19°52'33.97" S Lon 47°22'42.89" W	95°: Lat 19°52'49.47" S Lon 47°22'43.6" W	100°: Lat 19°53'4.86" S Lon 47°22'45.75" W	105°: Lat 19°53'20" S Lon 47°22'49.32" W	110°: Lat 19°53'34.8" S Lon 47°22'54.27" W	115°: Lat 19°53'49.14" S Lon 47°23'0.59" W
120°: Lat 19°55'16.36" S Lon 47°20'52.75" W	125°: Lat 19°56'34.63" S Lon 47°19'46.26" W	130°: Lat 19°57'55.48" S Lon 47°19'4.21" W	135°: Lat 19°59'28" S Lon 47°18'31.29" W	140°: Lat 20°0'42.49" S Lon 47°18'35.64" W	145°: Lat 20°2'2.99" S Lon 47°18'47.83" W	150°: Lat 20°3'37.17" S Lon 47°19'4.31" W	155°: Lat 20°4'33.84" S Lon 47°19'54.57" W	160°: Lat 20°5'18.22" S Lon 47°20'55.8" W	165°: Lat 20°5'48.75" S Lon 47°22'5.23" W	170°: Lat 20°6'46.34" S Lon 47°23'11.95" W	175°: Lat 20°7'15.11" S Lon 47°24'29.9" W
180°: Lat 20°6'59.51" S Lon 47°25'52" W	185°: Lat 20°7'48.18" S Lon 47°27'17.18" W	190°: Lat 20°7'47.05" S Lon 47°28'43.47" W	195°: Lat 20°7'2.04" S Lon 47°29'59.72" W	200°: Lat 20°6'7.24" S Lon 47°31'7.22" W	205°: Lat 20°6'16.97" S Lon 47°32'40.72" W	210°: Lat 20°5'28.02" S Lon 47°33'47.94" W	215°: Lat 20°4'22.77" S Lon 47°34'40.54" W	220°: Lat 20°3'29.49" S Lon 47°35'37.77" W	225°: Lat 20°3'9.13" S Lon 47°37'8.49" W	230°: Lat 20°1'37.78" S Lon 47°37'22.22" W	235°: Lat 20°0'30.99" S Lon 47°37'57.58" W
240°: Lat 19°59'24.97" S Lon 47°38'30.27" W	245°: Lat 19°58'15.26" S Lon 47°38'51.73" W	250°: Lat 19°56'50.65" S Lon 47°38'23.44" W	255°: Lat 19°55'45.65" S Lon 47°38'34.58" W	260°: Lat 19°54'36.69" S Lon 47°38'14.62" W	265°: Lat 19°53'31.28" S Lon 47°37'32.88" W	270°: Lat 19°52'33.68" S Lon 47°36'40.01" W	275°: Lat 19°51'43.07" S Lon 47°36'7.35" W	280°: Lat 19°51'1.11" S Lon 47°35'10.62" W	285°: Lat 19°50'16.91" S Lon 47°34'54.99" W	290°: Lat 19°49'39.43" S Lon 47°34'21.27" W	295°: Lat 19°49'12.41" S Lon 47°33'31.17" W
300°: Lat 19°48'42.66" S Lon 47°32'57.64" W	305°: Lat 19°48'27.71" S Lon 47°32'5.69" W	310°: Lat 19°48'1.07" S Lon 47°31'37.58" W	315°: Lat 19°47'37.14" S Lon 47°31'7.42" W	320°: Lat 19°47'23.32" S Lon 47°30'29" W	325°: Lat 19°47'13.46" S Lon 47°29'50.5" W	330°: Lat 19°47'48.53" S Lon 47°28'8.47" W	335°: Lat 19°48'9.65" S Lon 47°28'3.01" W	340°: Lat 19°48'53.4" S Lon 47°27'17.34" W	345°: Lat 19°49'23.89" S Lon 47°26'46.15" W	350°: Lat 19°49'38.86" S Lon 47°26'24.83" W	355°: Lat 19°49'36.83" S Lon 47°26'8.48" W

Distância por radial											
0°: 5.5	5°: 5.5	10°: 5.5	15°: 7.5	20°: 9	25°: 7.7	30°: 5.8	35°: 5.5	40°: 5.5	45°: 5.5	50°: 5.5	55°: 5.5



60°: 5.5	65°: 5.5	70°: 5.5	75°: 5.5	80°: 5.5	85°: 5.5	90°: 5.5	95°: 5.5	100°: 5.5	105°: 5.5	110°: 5.5	115°: 5.5
120°: 10	125°: 13	130°: 15.5	135°: 18.1	140°: 19.7	145°: 21.5	150°: 23.7	155°: 24.5	160°: 25.1	165°: 25.4	170°: 26.7	175°: 27.3
180°: 26.7	185°: 28.3	190°: 28.6	195°: 27.8	200°: 26.7	205°: 28.1	210°: 27.6	215°: 26.7	220°: 26.4	225°: 27.8	230°: 26.1	235°: 25.7
240°: 25.4	245°: 25	250°: 23.2	255°: 22.9	260°: 21.9	265°: 20.4	270°: 18.8	275°: 17.9	280°: 16.5	285°: 16.3	290°: 15.7	295°: 14.7
300°: 14.3	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 10.2	335°: 9	340°: 7.3	345°: 6.1	350°: 5.5	355°: 5.5

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo:					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máxima: 1.65 kW	

RDS											
Código PI:											

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	269	Portaria	MC	04/12/1998	08/12/1998	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	60	Portaria	DMC-MG	25/04/2002	17/05/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	176	Decreto Legislativo	CN	06/06/2001	07/06/2001	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	42145	Ato	ER	02/02/2004	05/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	309	Portaria	SSCE	22/05/2007	12/06/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	202	Despacho	MC	21/06/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	724	Portaria	SSCE	12/08/2010	23/08/2010	Transferência Indireta	Jurídico
53500.065514/2017-92	10547	Ato	ORLE	21/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 18065/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 53115.007074/2021-89

INTERESSADO: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no Município de São Paulo, referente ao seguinte período: 13/08/2021 a 13/08/2031.

### ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a Lei nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com a Lei nº 9.612, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

### RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja de do, direta, indiretamente ou por intermédio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que mediante procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) declaração de residência; (iii) cédula de identidade; (iv) carta de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 11 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação é condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.400, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão ~~expirará automaticamente~~ o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)



Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço está regular.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

localidade de Sacramento/MG, não se encontra devidamente licenciada para o período a ser renovado. ~~Assim sendo,~~  
imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à En dade, a fim de que, no **(trinta) dias**, contado da data de recebimento do o cio de encaminhamento, apresente os referidos documentos **parágrafo 3º**, ficando adverte-se que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção de medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8606602** e o código CRC **3BF2E420**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 8606602



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 24975/2021/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ Nº 01.105.531/0001-01)**  
Av. Capitão Borges, nº 100 Bairro Centro  
38190-000 Sacramento/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.007074/2021-89.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18065/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, com o fim de que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preclusão da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8606656** e o código CRC **66AB41CB**.

**Anexos:**

•

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24975/2021/MCOM - Processo nº 53115.007074/2021-89 - Nº SEI: 8606656



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Data de Envio  
26/11/2021 14:37:52

De  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para  
RADIODIFUSORAUBERABA@YAHOO.COM.BR  
radiodifusorauberaba@yahoo.com.br  
sei@sistemaplug.com.br  
sistemaplugsei@gmail.com

Assunto  
ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem  
Assunto:  
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53115.007074/2021-89

INTERESSADA: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos  
Oficio\_8606656.html  
Nota\_Tecnica\_8606602.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



8277438 3

8631 3 47 3 1

3 8 3 47 3 1									
!"#\$%&'"( 0) *)+ , ) - . /+)									
!0#%&#1'#(									
2 3 4% ( 5678 6699					\$.#3(				
;<=( >9?9>?69@>>>9A>9					B C!"'0'1& 3( >>>99DD				
2'E!F1GHC'( ) l67J3 3					2'E!2#K#( 41L632				
M#&#!"IN%&C#&( 96@>O@>>9					P CQ'R( 6> A 03 78 7S8 T8863 1 -61USV73 .8 S23 3				
;#C#& C( l67W678					XN#3! 1E NY4'N(				
Z " (					;#& [C'#!"#!\$1&#R\ ( l677]32				
^_1 CQ#R` 1( al,66@9b0T*(c)* )a)+/ 9@b)+* 7?6>D@>>>7b)48 d 6?Oe 1 >@>@>9>e ]S273 3 8 *c? fSg8 1 >9De ]S273 8 3 T18 9e ]WL73 96e 8 *c 1 6>@>D@>9D?									

1618 T1 1									
X[C#"GC( ),a ) )l +h* i*0]T					;E3 %&( A d I T* A j)/0 ) 0 * ,0				
k#"CC( a+0*					G C( 9>>				
IG%'NYE'( T363148					F0( j ;\$<( 609>>>>				

1618 8661]8 V73									
X[C#"GC( ),a ) )l +h* i*0]T					;E3 %&( d I T*				
k#"CC( a+0*					G C( 9>>e				
IG%'NYE'( T363148					F0( j ;\$<( 609>>>>				

1618 8 +63786									
X[C#"GC( 0c )0a)* m)a*a)					;E3 %&(				
k#"CC( a+0*					G C( T@a				
IG%'NYE'( T363148					F0( j ;\$<( 609>>>>				

1618 8 4n 78 l677]32									
X[C#"GC( ), )l +h* i*0]T I T*					;E3 %&(				
k#"CC( a+0*					G C( 9>>				
IG%'NYE'( T363148					F0( j ;\$<( 609>>>>				

1618 8 4n 78 )So72736									
X[C#"GC(					;E3 %&(				
k#"CC(					G C(				
IG%'NYE'(					F0( ;\$<(				

8631 8 l238 i378

/8327p38									
IG%'NYE'( T363148					F0( j				

l36q1468 +r78									
;##%3( D			0C sGt%N'#( ?9 .up			;3#11 ( )6		\$Z<llHK#( 9?Dvw	
x;y( 6			<#C # %&(			M N#3#[(		0#1 (	

8631 3 438



Agenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

9@6

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



^74{>73 ?86 63 732													
op"	292p"	292op"	292qp"	%99op"	'	sqp"	%99qp"	292qp"	292op"	292qp"	292op"	292qp"	292



1c345fc-d794c4e-1b35a0b2292

					!	!	!"	!	!"	!#	!	
!#	!	!#	!	!#	!	!#	!#	!"	!	!#	!	
!"	!	!!	!!	!	!"		#	#			"	
"				!	!	!				#		

\$%43&'8 ()*72736												
+63%,7%%86 ()*72736												
-/01234560789;<2							=2/;>2					
?8@A0B8;<:							C2<D;B083/:3E7:A8FG2			HI		

+63%,7%%86        ()^72736    !		
-./01234560789;,<2	=2/:>2       \$J)7K3,148'8	1L8463 8
?8@A0B8;<:	C2<D;B083/:3E7:A8FG2	HI

M7N3 1 +63%,7%%'8 ()*72736												
=2/;>2							?8@A0B8;<:					
-297A09;<23/8300;P8				Q<;68FG2 RS,			C:A/8T3QB:TT.A08T R			U97:/V;B08 8N, %		

(413										()*72736																					
=2/;>2										?8@A0B8;<:																					
W8;P2			R		X:89YZ0><[					EA0;<8FG23\]					[		C2>8A0^8FG2					_-U			,		4`C3=ab098			#	
0cd																															
-/0123CU																															

ef86,3&g1% 8 8L),148 1 h)486i3												
jk,	l68L1%#6		c8L),148	+7K8	c8L),148	h6i'8	c343	8	c3438L)	chm	03n'8	8 c8L j34)61n3
	!#		l8643673		o		"S!S		S!S		h)486i3 p)6q 7L8	

ef86,3&g1% 8 8L),148 1 (K68r3&'8 1 M8L37%												
jk,	l68L1%#6		c8L),148	+7K8	c8L),148	h6i'8	c343	8	c3438L)	chm	03n'8	8 c8L j34)61n3
	#		l8643673		cosot		!S"S!!		SS!!		(K68r3&'8 1 M8L32 +uL7L8	

v7%4567L8 1 c8L),148% \$,747 8%												
jk,	l68L1%#6		c8L),148	+7K8	c8L),148	h6i'8	c343	8	c3438L)	chm	03n'8	8 c8L j34)61n3
	#		c1L6148 M1i7%2347r8 j		#S#S!		S#S!		c127w16 8		j3L7832 p)6q 7L8	
	!"		(48		\$0		!S!S!"		S!S!"		(4867n3 8 m%8 1 +uL7L8f61j)XL73	
			l8643673		dd\$		!!SS!		!S#S!		(4867n3 3 (24163&'8 1 +uL7L3% 3 \$%43&'8 +uL7L8f61j)XL73	
	!!		c1%K3LN8		o		!S#S!		d)w%474)7&'8		1 \$J)7K3,148 7L8	
	!"		l8643673		dd\$		!SS!		!SS!		+63%f16xL73 e 76143 p)6q 7L8	
#"S! s!	"		(48		h0M\$		!S S!		!SS!		(4867n3 8 m%8 1 +uL7L8f61j)XL73	
#S!! s"	!"		(48		h0M\$		!SS!!		! SS!!		(4867n3 8 m%8 1 +uL7L8f61j)XL73	

v86y678 1 f)L783,148												
z	3	z	s	c8,7i8	3	c8,7i8						



Id solicitação: 57dbac25292c2

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIOATIVIDADE FM LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (34) 33515125	E-mail:
CNPJ: 01.105.531/0001-01	Número do Fistel: 50001791966
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 13/08/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: DNPV339/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 45.306/2004;Ato nº 3.282, de 20/05/2010, publicada no DOU. de 24/05/2010. Ato nº 1902, de 2 junho de 2016, publicado na Seção 1, página 13, do DOU de 30/06/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA CAPITÃO BORGES	Complemento: - 2º PISO - GALERIA RIO VERDE	
Bairro: CENTRO	Numero: 100	
Município: Sacramento	UF: MG	CEP: 38190000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA CAPITÃO BORGES	Complemento: 2º PISO	
Bairro: CENTRO	Numero: 100,	
Município: Sacramento	UF: MG	CEP: 38190000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA ARNALDO ZANDONAI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: S/N	
Município: Sacramento	UF: MG	CEP: 38190000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV CAPITÃO BORGES 2 PISO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 100	
Município: Sacramento	UF: MG	CEP: 38190000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

## Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Sacramento	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 256	Frequência: 99.1 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 1.652kW
HCl: 39 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

## Informações da Estação



2022 Aplicado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323720986	Número Indicativo: ZYT570
Data Último Licenciamento: 23/11/2021	Número da Licença: 53500.078716/2021-81

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 19°52'34'S	Longitude: 47°25'52'W	Cota da base: 961.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTFM3A-4	Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS				
Ganho: 3.23 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 39 m	ERP Máxima: 1.65 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.38	5°: 0.38	10°: 0.38	15°: 0.38	20°: 0.37	25°: 0.36	30°: 0.34	35°: 0.33	40°: 0.29	45°: 0.26	50°: 0.22	55°: 0.18
60°: 0.14	65°: 0.1	70°: 0.07	75°: 0.05	80°: 0.02	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.03	110°: 0.06	115°: 0.09
120°: 0.13	125°: 0.18	130°: 0.21	135°: 0.24	140°: 0.27	145°: 0.3	150°: 0.33	155°: 0.35	160°: 0.36	165°: 0.36	170°: 0.37	175°: 0.37
180°: 0.37	185°: 0.37	190°: 0.37	195°: 0.38	200°: 0.39	205°: 0.4	210°: 0.42	215°: 0.45	220°: 0.47	225°: 0.51	230°: 0.54	235°: 0.58
240°: 0.62	245°: 0.66	250°: 0.69	255°: 0.71	260°: 0.73	265°: 0.74	270°: 0.73	275°: 0.73	280°: 0.7	285°: 0.68	290°: 0.64	295°: 0.6
300°: 0.56	305°: 0.52	310°: 0.48	315°: 0.45	320°: 0.42	325°: 0.4	330°: 0.39	335°: 0.37	340°: 0.37	345°: 0.37	350°: 0.37	355°: 0.37

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°49'36.16" S Lon 47°25'52" W	5°: Lat 19°49'36.83" S Lon 47°25'35.52" W	10°: Lat 19°49'38.86" S Lon 47°25'19.17" W	15°: Lat 19°48'38.08" S Lon 47°24'44.81" W	20°: Lat 19°47'59.92" S Lon 47°24'5.98" W	25°: Lat 19°48'48.34" S Lon 47°24'0.15" W	30°: Lat 19°49'51.76" S Lon 47°24'12.43" W	35°: Lat 19°50'8.31" S Lon 47°24'3.56" W	40°: Lat 19°50'17.75" S Lon 47°23'50.47" W	45°: Lat 19°50'28.23" S Lon 47°23'38.31" W	50°: Lat 19°50'39.67" S Lon 47°23'27.16" W	55°: Lat 19°50'51.98" S Lon 47°23'17.12" W
60°: Lat 19°51'18.82" S Lon 47°23'8.25" W	65°: Lat 19°51'18.82" S Lon 47°23'0.63" W	70°: Lat 19°51'33.15" S Lon 47°22'54.31" W	75°: Lat 19°51'47.94" S Lon 47°22'49.35" W	80°: Lat 19°52'3.09" S Lon 47°22'45.78" W	85°: Lat 19°52'18.47" S Lon 47°22'43.62" W	90°: Lat 19°52'33.97" S Lon 47°22'42.89" W	95°: Lat 19°52'49.47" S Lon 47°22'43.6" W	100°: Lat 19°53'4.86" S Lon 47°22'45.75" W	105°: Lat 19°53'20" S Lon 47°22'49.32" W	110°: Lat 19°53'34.8" S Lon 47°22'54.27" W	115°: Lat 19°53'49.14" S Lon 47°23'0.59" W
120°: Lat 19°55'16.36" S Lon 47°25'52" W	125°: Lat 19°56'34.63" S Lon 47°25'46.26" W	130°: Lat 19°57'55.48" S Lon 47°25'19.42" W	135°: Lat 19°59'28" S Lon 47°25'31.29" W	140°: Lat 20°0'42.49" S Lon 47°25'18.35.64" W	145°: Lat 20°2'2.99" S Lon 47°25'8'47.83" W	150°: Lat 20°3'37.17" S Lon 47°25'47'19'4.31" W	155°: Lat 20°4'33.84" S Lon 47°25'19'54.57" W	160°: Lat 20°5'18.22" S Lon 47°25'20'55.8" W	165°: Lat 20°5'48.75" S Lon 47°25'23'11.95" W	170°: Lat 20°6'46.34" S Lon 47°25'37'22.22" W	175°: Lat 20°7'15.11" S Lon 47°25'47'24'29.9" W
180°: Lat 20°6'59.51" S Lon 47°25'52" W	185°: Lat 20°7'48.18" S Lon 47°25'17.18" W	190°: Lat 20°7'47.05" S Lon 47°25'28'43.47" W	195°: Lat 20°7'2.04" S Lon 47°25'9'59.72" W	200°: Lat 20°6'7.24" S Lon 47°25'47'31'7.22" W	205°: Lat 20°6'16.97" S Lon 47°25'32'40.72" W	210°: Lat 20°5'28.02" S Lon 47°25'33'47.94" W	215°: Lat 20°4'22.77" S Lon 47°25'34'40.54" W	220°: Lat 20°3'29.49" S Lon 47°25'35'37.77" W	225°: Lat 20°3'9.13" S Lon 47°25'47'37'8.49" W	230°: Lat 20°1'37.78" S Lon 47°25'37'22.22" W	235°: Lat 20°0'30.99" S Lon 47°25'37'57.58" W
240°: Lat 19°59'24.97" S Lon 47°28'30.27" W	245°: Lat 19°58'15.26" S Lon 47°28'51.73" W	250°: Lat 19°56'50.65" S Lon 47°28'23.44" W	255°: Lat 19°55'45.65" S Lon 47°28'34.58" W	260°: Lat 19°54'36.69" S Lon 47°28'14.62" W	265°: Lat 19°53'31.28" S Lon 47°27'32.88" W	270°: Lat 19°52'33.68" S Lon 47°26'40.01" W	275°: Lat 19°51'43.07" S Lon 47°26'36'7.35" W	280°: Lat 19°51'1.11" S Lon 47°26'35'10.62" W	285°: Lat 19°50'16.91" S Lon 47°26'4'54.99" W	290°: Lat 19°49'39.43" S Lon 47°26'4'21.27" W	295°: Lat 19°49'12.41" S Lon 47°26'3'31.17" W
300°: Lat 19°48'42.66" S Lon 47°25'57.64" W	305°: Lat 19°48'27.71" S Lon 47°25'31'37.58" W	310°: Lat 19°48'1.07" S Lon 47°25'31'37.58" W	315°: Lat 19°47'37.14" S Lon 47°25'47'31'7.42" W	320°: Lat 19°47'23.32" S Lon 47°25'47'30'29" W	325°: Lat 19°47'13.46" S Lon 47°25'47'29'50.5" W	330°: Lat 19°47'48.53" S Lon 47°25'8'47.15" W	335°: Lat 19°47'33.5" S Lon 47°25'47'28'3.01" W	340°: Lat 19°47'19.48'9.65" S Lon 47°25'27'17.34" W	345°: Lat 19°47'19'48'53.4" S Lon 47°25'6'46.15" W	350°: Lat 19°47'19'48'38.86" S Lon 47°25'6'24.83" W	355°: Lat 19°47'19'48'36.83" S Lon 47°25'6'26'8.48" W

Distância por radial											
0°: 5.5	5°: 5.5	10°: 5.5	15°: 7.5	20°: 9	25°: 7.7	30°: 5.8	35°: 5.5	40°: 5.5	45°: 5.5	50°: 5.5	55°: 5.5



60º: 5.5	65º: 5.5	70º: 5.5	75º: 5.5	80º: 5.5	85º: 5.5	90º: 5.5	95º: 5.5	100º: 5.5	105º: 5.5	110º: 5.5	115º: 5.5
120º: 10	125º: 13	130º: 15.5	135º: 18.1	140º: 19.7	145º: 21.5	150º: 23.7	155º: 24.5	160º: 25.1	165º: 25.4	170º: 26.7	175º: 27.3
180º: 26.7	185º: 28.3	190º: 28.6	195º: 27.8	200º: 26.7	205º: 28.1	210º: 27.6	215º: 26.7	220º: 26.4	225º: 27.8	230º: 26.1	235º: 25.7
240º: 25.4	245º: 25	250º: 23.2	255º: 22.9	260º: 21.9	265º: 20.4	270º: 18.8	275º: 17.9	280º: 16.5	285º: 16.3	290º: 15.7	295º: 14.7
300º: 14.3	305º: 13.3	310º: 13.1	315º: 13	320º: 12.5	325º: 12.1	330º: 10.2	335º: 9	340º: 7.3	345º: 6.1	350º: 5.5	355º: 5.5

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo:
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.65 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	269	Portaria	MC	04/12/1998	08/12/1998	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	60	Portaria	DMC-MG	25/04/2002	17/05/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	176	Decreto Legislativo	CN	06/06/2001	07/06/2001	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	42145	Ato	ER	02/02/2004	05/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	309	Portaria	SSCE	22/05/2007	12/06/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	202	Despacho	MC	21/06/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	724	Portaria	SSCE	12/08/2010	23/08/2010	Transferência Indireta	Jurídico
53500.065514/2011-7-92	10547	Ato	ORLE	21/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.070136/2011-1-45	28254	Ato	ORLE	29/09/2021	27/10/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo	







Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema I Principal

Sistema de Trans. AuxiliarRDS

Estação

Número da Estação

323720986

Indicativo da Estação

ZYT570

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

02/12/2009

Data Último Licenciamento

14/12/2021

Número da Licença

53500.078716/2021-81

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
		▼	▼		

Informações do documento de Aprovação de Locais

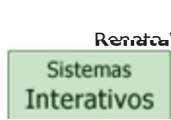
Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
9999	60	Portaria ▼	DMC-MG ▼	25/04/2002	17/05/2002

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Razão
9999	176	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	06/06/2001	07/06/2001	Delibe
9999	42145	Ato ▼	ER ▼	02/02/2004	05/02/2004	Autoriz
9999	309	Portaria ▼	SSCE ▼	22/05/2007	12/06/2007	Autoriz
9999	202	Despacho ▼	MC ▼	21/06/2009		Substit
9999	724	Portaria ▼	SSCE ▼	12/08/2010	23/08/2010	Transfe
53500.065514/20	10547	Ato ▼	ORLE ▼	21/07/2017	21/08/2017	Autoriz
53500.070136/20	8254	Ato ▼	ORLE ▼	29/09/2021	27/10/2021	Autoriz

← Fechar





BOM DIA  
Renata Vieira Machado

Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição internet teia | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		01.105.531/0001-01									
RADIO ATIVIDADE FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	437.935.506-30	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	014.561.126-43	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado      Data: 17/03/2022      Hora: 10:19:05





BOM DIA

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição internet teia menu ajuda

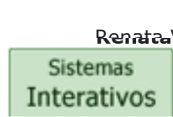
Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 437.935.506-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO UF		MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS SILVA NUNES	437.935.506-30	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	01.105.531/0001-01	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado      Data: 17/03/2022      Hora: 10:19:47





BOM DIA  
Renata Vieira Machado

Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais Consolidado Participação e Composição internet teia | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 014.561.126-43									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES	014.561.126-43	RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Sacramento
		RADIO ATIVIDADE FM LTDA	<a href="#">01.105.531/0001-01</a>	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Sacramento

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)      Data: [17/03/2022](#)      Hora: [10:20:18](#)





BOM DIA  
Renata Vieira Machado  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO»» Consultas Gerais» Consolidado Participação e Composição internet teia | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	RADIO ATIVIDADE FM

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc](#) - Renata Vieira Machado

Data: [17/03/2022](#)

Hora: [10:20:52](#)

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIOATIVIDADE FM LTDA

CNPJ: 01.105.531/0001-01

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:21:36 do dia 17/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Imprimir

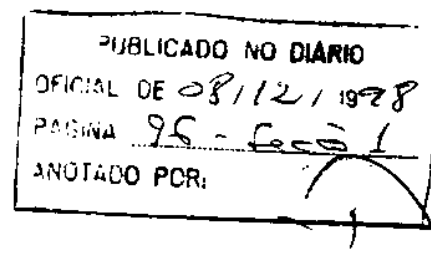
Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Portaria n.º 269 de 04 de 12 de 1998

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, Interino, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto n.º 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53710.000472/97, Concorrência n.º 009/97-SFO/MC, resolve:

Art. 1º Fica outorgada permissão à TM - TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO**



Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Dr. Tardeli.....Em 08/06/01

Dr. Napoleão.....Em 1/1/1

Dr. Hamilton.....Em 1/1/1

ISSN 1415-1537



# Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 110 -E Brasília - DF, quinta-feira, 7 de junho de 2001 R\$ 2.04

NAO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

## Aviso

Esta edição é composta de um total de 220 páginas, o o Caderno Eletrônico com 176 páginas e o Convênio 44.

## Sumário

### PÁGINA

Congresso Nacional.....	1
Poder Executivo.....	1
ia da República.....	7
o da Justiça.....	8
o da Defesa.....	12
o da Fazenda.....	13
o dos Transportes.....	17
o da Agricultura e do Abastecimento.....	19
o da Educação.....	22
o da Cultura.....	23
o do Trabalho e Emprego.....	24
o da Previdência e Assistência Social.....	25
o da Saúde.....	28
o de Minas e Energia.....	96
o das Comunicações.....	109
o da Ciência e Tecnologia.....	122
o do Meio Ambiente.....	122
o do Esporte e Turismo.....	122
o do Desenvolvimento Agrário.....	123
o Público da União.....	124
de Contas da União.....	126
diário.....	160
.....	162

## atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CLUBE FM ITURAMA LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 271, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Rádio Clube FM Iturama Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de junho de 2001  
Senador JADER BARBALHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à TM-TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à TM-TV Telecomunicações e Serviços Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de junho de 2001  
Senador JADER BARBALHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PITITINGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 9 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária Pititanga a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte.  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de junho de 2001  
Senador JADER BARBALHO  
Presidente do Senado Federal

(Of. EI. nº 51/2001)

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 3.835, DE 6 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a execução do Trigesimo Sexto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, de 1º de fevereiro de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

Considerando que o Tratado de Montevideu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram, em 20 de dezembro de 1982, em Montevideu, o Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 88.419, de 20 de junho de 1983;

O prefixo dos telefones da  
Imprensa Nacional mudou para

441

Os números dos ramais continuam os mesmos.

Imprensa Nacional - Informações Oficiais - 0800 61 9900

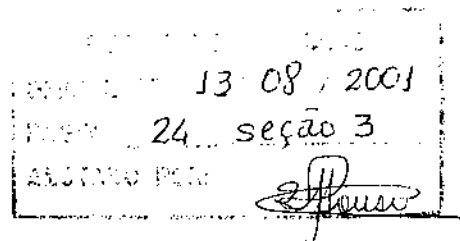
Autenticado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A TM TV –  
TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA  
MODULADA, NA LOCALIDADE DE  
SACRAMENTO, ESTADO DE MINAS GERAIS

Aos 6 dias do mês de agosto do ano dois mil e um, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, João Pimenta da Veiga, e a TM TV – TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CGC 01.105.531/0001-01, representada por seu Sócio-Gerente, Cicero Magno Resende Braga, RG MI 404.609 SSP/MG, CPF 417.125.366-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 296, de 4 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1998, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à TM TV – Telecomunicações e Serviços Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 009/97-SFO/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 8,5 (oito virgula cinco) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;





- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.140 (mil, cento e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 13,16% (treze vírgula dezesseis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 13,16% (treze vírgula dezesseis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária recolheu o valor de R\$27.610,72 (vinte e sete mil, seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato



de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

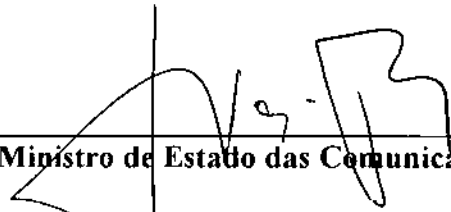

**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

  
\_\_\_\_\_  
**Ministro de Estado das Comunicações**  
  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**  
  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**





3345-1

**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
- ME - CNPJ 01.105.531/0001-01 - NIRE 31204883003**

Min. das Comun. 46  
N.º 46  
300

Pelo presente instrumento os senhores: **ÁLVARO DE PAULA**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 01/03/1968, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M-4.581.495 e inscrito no CPF/MF sob o nº 471.709.056-04, residente e domiciliado na Travessa Raul Terra, nº 444 - apto. 1901, bairro Centro, Uberaba, Minas Gerais, CEP 38022-020; e **CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Alexandre Barbosa, nº 531 - casa 126 - Condomínio Villa Bella, bairro Mercês, CEP 38060-200, Uberaba, Minas Gerais, portador da cédula de identidade RG nº 1.404.609 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 417.125.366-72; Únicos sócios da sociedade empresária **TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.105.531/0001-01, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais em 29/02/1996, NIRE 31204883003; Primeira Alteração arquivada em 02/05/1997, sob nº 1537180; Segunda Alteração arquivada em 12/08/1999, sob o nº 1797777; e Terceira Alteração arquivada em 14/08/2002, sob o nº 2810501; têm justo e avençado proceder à Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social e o fazem mediante as condições aduzidas:

## **I - DAS ALTERAÇÕES**

**PRIMEIRA** - A denominação social da sociedade empresária passará a ser **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. - ME**, sendo que o nome fantasia será **ATIVIDADE FM**.

**SEGUNDA** - A sociedade resolve admitir como sócios os Srs.: **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, brasileiro, solteiro, nascido aos 25/08/1990, radialista, portador da cédula de identidade RG nº MG-14.402.597 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.561.126-43, residente e domiciliado na cidade de Uberaba, neste Estado de Minas Gerais, na Rua Dr. Levindo Batista de Carvalho, nº 394, Bairro Olinda, CEP 38055-460; e **DIEGO MORELLI SILVA NUNES**, brasileiro, solteiro, nascido aos 19/11/1988, radialista, portador da cédula de identidade RG nº MG-15.139.569 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.699.226-45, residente e domiciliado na cidade de Uberaba, neste Estado de Minas Gerais, na Rua Manoel Gonçalves de Resende, nº 23, Vila São Cristóvão, CEP: 38040-240.

**TERCEIRA** - O Sócio **CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA**, acima qualificado, retira-se da sociedade, neste ato, vendendo e transferindo vinte mil (20.000) cotas de capital social ao sócio recém admitido, Sr. **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, acima qualificado, pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), declarando ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade bem como pelas quotas ora vendidas e transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

**QUARTA** - O Sócio **ÁLVARO DE PAULA**, acima qualificado, retira-se da sociedade, neste ato, vendendo e transferindo dezenove mil e seiscentas (19.600) cotas de capital social ao sócio recém admitido **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, acima



o das Comunica  
o Fe. 97  
DA ~~Ordem~~ #  
S LTDA.  
NUNCA  
CE

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

247.

8c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

98  
Fis. 98  
M. 305

**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
- ME - CNPJ 01.105.531/0001-01 - NIRE 31204883003**

**NONA** – O Diretor fixará o valor de sua retirada, a título de PRO-LABORE, que será levada a conta de despesas da sociedade, retirada essa que não poderá ser em valor inferior a um salário mínimo vigente no País, até o limite permitido por lei.

**DÉCIMA** – As quotas de capital social são indivisíveis e a sua transferência, a qualquer título, a terceiros, estranhos à sociedade, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa de todos os sócios, ficando assegurado aos sócios remanescentes o direito preferencial de aquisição, em igualdade de condições.

**Parágrafo Único** – O sócio que quiser transferir suas quotas de capital social, ou parte delas, deverá comunicar aos demais sócios, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, os demais sócios não tiverem exercido o direito de preferência de aquisição, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

**DÉCIMA PRIMEIRA** – Ocorrerá a dissolução da sociedade quando a maioria do capital assim determinar, sendo, nesta hipótese, o ativo líquido final distribuído entre os sócios, na proporção das quotas que possuem.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, naquela data, ser levantado um balanço geral especial, que apurará o valor das quotas do sócio falecido, sendo que seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento deverão manifestar o seu desejo de continuar ou não na sociedade. Devendo então ser efetivada a alteração contratual de ingresso ou retirada do sócio.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento dos haveres e direitos do sócio falecido, em caso de retirada da sociedade por parte dos herdeiros, será realizado de forma a não prejudicar o andamento normal da sociedade, em comum acordo.

**DÉCIMA SEGUNDA** – Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**DÉCIMA TERCEIRA** – Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação vigente.

**DÉCIMA QUARTA** – As partes elegem o foro da comarca de Sacramento, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

3/7  
1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
– ME – CNPJ 01.105.531/0001-01 – NIRE 31204883003**

99  
F

**II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em face das alterações acima, os sócios cotistas resolvem consolidar o contrato social da Sociedade empresária **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. – ME**, que passa a vigorar com as seguintes Cláusulas:

**DA DENOMINAÇÃO E SEDE**

**CLÁUSULA I** – A sociedade gira com a denominação social de **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. – ME** – sendo que o nome de fantasia é **ATIVIDADE FM**, tendo sede social na Avenida Capitão Borges, nº 100 – 2º Piso, Galeria Rio Verde, Sacramento, Minas Gerais.

**DO OBJETIVO SOCIAL**

**CLÁUSULA II** – O objetivo social da sociedade é o da exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA III** – O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em quarenta mil (40.000) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas e distribuídas entre os cotistas da seguinte forma:

SÓCIO	QUANTIDADE QUOTAS	VALOR DA QUOTA	PARTICI- PAÇÃO (R\$)	PARTICI- PAÇÃO (%)
Lucas Portela Rocha Silva Nunes	39.600	1,00	39.600,00	99
Diego Morelli Silva Nunes	400	1,00	400,00	1
TOTAIS	40.000	1,00	40.000,00	100

**DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E FILIAIS**

**CLÁUSULA IV** – A sociedade iniciará suas atividades em 01/03/1996, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional.

**DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA  
DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

**CLÁUSULA V** – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. Seu exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço geral e feita a demonstração de lucros e perdas.





**QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
- ME - CNPJ 01.105.531/0001-01 - NIRE 31204883003**

**Parágrafo Único** – Por deliberação da maioria do capital social, os lucros apurados em balanço serão distribuídos proporcionalmente às quotas de cada sócio ou mantidos como reservas até posterior deliberação.

**DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**CLÁUSULA VI** - A Responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA VII** - A sociedade empresária será administrada de forma isolada pelo sócio **LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES**, o qual, com a designação de Diretor, representará a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a Lei lhe outorga para assegurar o regular funcionamento da sociedade.

**Parágrafo Único** – É expressamente proibido aos sócios o uso da denominação social em negócios estranhos às finalidades da sociedade, tais como: avais, fianças e outras garantias em benefício próprio ou de terceiros, sendo nulo para todos os fins, tais atos praticados em relação à sociedade.

**DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**CLÁUSULA VIII** - O Diretor fixará o valor de sua retirada, a título de PRO-LABORE, que será levada a conta de despesas da sociedade, retirada essa que não poderá ser em valor inferior a um salário mínimo vigente no País, até o limite permitido por lei.

**DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**CLÁUSULA IX** - As quotas de capital social são indivisíveis e a sua transferência, a qualquer título, a terceiros, estranhos à sociedade, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa de todos os sócios, ficando assegurado aos sócios remanescentes o direito preferencial de aquisição, em igualdade de condições.

**Parágrafo Único** – O sócio que quiser transferir suas quotas de capital social, ou parte delas, deverá comunicar aos demais sócios, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, os demais sócios não tiverem exercido o direito de preferência de aquisição, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

**DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA X** – Ocorrerá a dissolução da sociedade quando a maioria do capital assim determinar, sendo, nesta hipótese, o ativo líquido final distribuído entre os sócios, na proporção das quotas que possuírem.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**Parágrafo Primeiro** - Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, devendo, naquela data, ser levantado um balanço geral especial, que apurará o valor das quotas do sócio falecido, sendo que seus herdeiros ou sucessores, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento deverão manifestar o seu desejo de continuar ou não na sociedade. Devendo então ser efetivada a alteração contratual de ingresso ou retirada do sócio.

**Parágrafo Segundo** - O pagamento dos haveres e direitos do sócio falecido, em caso de retirada da sociedade por parte dos herdeiros, será realizado de forma a não prejudicar o andamento normal da sociedade, em comum acordo.

### DOS LUCROS E PREJUÍZOS

**CLÁUSULA XI** - Os lucros e prejuízos, havidos durante o exercício social, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas possuídas, assim como poderão ficar em conta especial para futura destinação.

### DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

**CLÁUSULA XII** - Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA XIII** - Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação vigente.

### DO FORO DE ELEIÇÃO

**CLÁUSULA XIV** - As partes elegem o foro da comarca de Sacramento, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento de quarta alteração e consolidação de contrato social contratual, na presença das testemunhas abaixo identificadas, em 4 vias de igual teor e forma.

Uberaba, 03 de Junho de 2009.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA  
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TM TV TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

- ME - CNPJ 01.105.531/0001-01 - NIRE 31204883003



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

ÁLVARO DE PAULA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

CÍCERO MAGNO RESENDE BRAGA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

Lucas Portela Rocha Silva Nunes  
LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Confere Francisco

Diego Morelli Silva Nunes  
DIEGO MORELLI SILVA NUNES

Testemunhas:

*Antônio*

*Wagner*

2º Tabelionato de Notas da Comarca de Uberaba-MG  
Tabelião Titular: FÚLVIO MÁRCIO FONTOURA  
Rua Major Eustáquio, 41 - Centro - CEP 38.010-270 - Telefax: (34) 3333-3899

Protocolo de 10/551.337-7  
FÚLVIO MÁRCIO FONTOURA  
TABELIÃO DE NOTAS  
20/11/2010

Selo de Fiscalização  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AXT 05360  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AXT 05361  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AXT 05358  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AXT 05359

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4489039  
EM 17/11/2010  
#RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ME#

PROTOCOLO: 10/551.337-7

JOÃO PAULO DE PAULA GOMES  
SECRETARIA GERAL

880304302



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

renata.mc@anatel.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

**RE: Consulta de Pena de Cassação**

cgfm &lt;cgfm@mcom.gov.br&gt;

Sex, 23/04/2021 10:36

**Para:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à en dade RADIOATIVIDADE FM LTDA. (CNPJ Nº 01.105.531/0001-01), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais,, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Caracterís cas Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mc c.gov.br>

**Enviado:** quarta-feira, 24 de março de 2021 14:00

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta de Pena de Cassação

Processo nº 53000.039784/2012-74

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIOATIVIDADE FM LTDA. (CNPJ Nº 01.105.531/0001-01), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.007074/2021-89**Entidade:** RADIOATIVIDADE FM LTDA**CNPJ nº:** 01.105.531/0001-01**FISTEL nº:** 50001791966**Localidade:** Sacramento/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 16/03/2021**Período:** 13/08/2021 a 13/08/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

**(X)** Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6798166, Pág. 1-2 8743322, Pág. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública, direta ou indireta;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detida, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 2-3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9576519, Pág. 5-8*	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	(X) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	6798166, Págs. 3-43	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 4*	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6798166, Pág. 53	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6798166, Pág. 54	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	



8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 6798166, Pág. 55	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 6798166, Pág. 56		
		M 6798166, Pág. 57		
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9576519, Pág. 9	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 6798166, Pág. 55	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 6798166, Pág. 59		
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	6798166, Pág. 60	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8743322, Pág. 5-6  <b>i) ANTONIO CARLOS SILVA NUNES</b>	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
		8743322, Pág. 7  <b>ii) LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES</b>		
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9576519, Pág. 1	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	

Observações Adicionais
-n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b>está em conformidade</b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/04/2022, às 15:30 (horário de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8749261** e o código CRC **01E962E6**.



Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 8749261

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fd-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fd-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.007074/2021-89

INTERESSADO: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À C

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio A atividade** inscrita no **CNPJ nº 01.105.531/0001-01**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, modulada, vinculado ao **FISTEL nº 50001791966**, na localidade de Sacramento/MG, referente ao período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.

2. Por meio da Nota Técnica nº 18065/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 24975/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à interessada a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de outorga (SEI 8606602 e SEI 8606656).

3. Em resposta, a interessada enviou a documentação solicitada, o que permitiu a realização do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.039).

### ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Judiciário em períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que se deu pelo Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo de acordo com o art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963, com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes, que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que constem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII - A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou direção de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes do serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções de confiança, exceto quando decorra foro especial;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de eventual contensão de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros especiais, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se **originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1988, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 (SEI 9578482 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2011 (SEI 9578482 - Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade encontra-se vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.

8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade **Radio Atividade FM Ltda**, a razão social da entidade foi alterada para **Rádio Atividade FM Ltda** (SEI 9578482 - Págs. 9-15).

9. Concernente ao período de **2011-2021**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº 53000.039784/2012-74, acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então pela legislação legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses antes do término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas alterações, sendo a última em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que a insuficiência material e humana constitui uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de organização e apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos recebidos pela assobrecida máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017.

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo e dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado pedidos de renovação intempestivamente, veram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo apresentada fora agasalhado pelos efeitos da Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade perante a entidade concedida quanto à tempestividade do pleito.

14. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **16 de março de 2021**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por meio do protocolo nº 6798166 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade encontra-se dentro do prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 13 de agosto de 2011 a 13 de agosto de 2021.

15. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação do serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8749261). Os documentos conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização, encontram-se coadunados com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.424/2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



(especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes forma onerosa às partes, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora no processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente exigida pelo Ministério das Comunicações, fixa-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.775/2021. Acostou-se, também, declaração simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constituintes da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os dados que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8749261).

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2021 (SEI 9576519 - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade possui apenas o serviço de radiodifusão em AM e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa no Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de caráter de desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9576519 - Págs. 1-3). Nesse sentido, a Procuradoria-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração e a penalidade cabível seja a cassação (SEI 9572060).

21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Comarca de Sacramento atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, também, declarações de não existência de débitos com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, ainda, declarações da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Garantia das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8749261).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade perante a legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a concessão do serviço de radiodifusão em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou-se necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade do licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405/2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



13445fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

- a) a razão social;
  - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
  - c) o nome fantasia; e
  - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
- II - os dados da outorga, com:
- a) o estado e o município de execução do serviço; e
  - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
- III - os dados da estação, com:
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
  - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
  - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
  - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
- IV - a data de emissão da licença.
- V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). Consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica para renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da licença para funcionamento da estação.

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI 9568163 - Pág. 1; e SEI 9578675).

27. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, para vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos (i) à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga e, inclusive, as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73 de 1993, e
- b) posterior remessa dos autos (ii) ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação nos termos do art. 5º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/04/2022, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Pós-Outorga substituto**, em 27/04/2022, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9578723** e o código CRC **9887F635**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, informando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.111, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.005.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 10, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora por modulação, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelas disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº \_\_\_\_\_ - MCOM

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.



Senhor Presidente da República,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões de fato e de direito, a Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhada da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 15.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de dezembro de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 1º, da Constituição da República, encaminho o presente processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**  
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 9578723



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Ofício Interno nº 19076/2022/MCOM

Brasília, na data da assinatura

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM (9578723)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**Otávio Viegas Caixeta**  
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Viegas Caixeta, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 27/04/2022 às 17:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9752116** e o código CRC **4C142578**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19076/2022/MCOM - Processo nº 53115.007074/2021-89 - Nº SEI: 9752116

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,  
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.007074/2021-89**

**INTERESSADOS: RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ATIVIDADE FM**

**ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, pelo período de 13.8.2021 a 13.8.2031.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, no período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.
2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 9578723**):
  7. No caso em apreço, conferiu-se **originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 ([SEI 9578482](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2001 ([SEI 9578482](#) - Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.
  8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária, **a razão social da entidade foi alterada para Rádio Atividade FM Ltda** ([SEI 9578482](#) - Págs. 9-15).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

9. Concernente ao período de **2011-2021**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº [53000.039784/2012-74](#), acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então, após o prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.**

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

3. No requerimento protocolado em 16.3.2021 (**SEI nº 6798166, fls. 1/3**), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos vós de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos aos autos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "*o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência*".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "*subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço*".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "*os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais*".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "*durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga*", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "*caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário*".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-  
ipta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que  
u as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM**.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 13.8.2021 e o pedido foi apresentado em 16.3.2021 (**SEI 6658821, fls. 1/4**).

23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 30.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SEI nº 8743322**). Tanto o pedido originário quanto o novo pedido foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Lucas Portela Rocha Silva Nunes, designado para a função na cláusula VII do contrato social consolidado na Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 17.11.2010 (**SEI nº 6798166, fls. 13/19**).

24. No que se refere ao período anterior - 2011 a 2021, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (**SEI nº 8749261**).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)



- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

15. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8749261](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.*

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto n.º 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8749261](#)).

*(...)*

21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Comarca de Sacramento, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8749261](#)).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.





28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8743322, fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 53); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 6798166, fl. 54); prova de regularidade perante a Fazenda federal e a seguridade social (SEI nº 6798166, fl. 55), às Fazendas estadual (SEI nº 6798166, fl. 56) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 57); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 9576519, fl. 9); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 6798166, fl. 59); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 6798166, fl. 60).

29. Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI nº 8743322, fls. 2/3).

31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

*Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.*

*§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.*

*§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - a identificação da entidade, com:*

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);*

*II - os dados da outorga, com:*

- a) o estado e o município de execução do serviço; e*
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;*

*III - os dados da estação, com:*

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*

*IV - a data de emissão da licença.*

*V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.*

*§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.*

*§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.*

*§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.*

*§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.*

*§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.*

*§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.*

*§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.*



*§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI [9568163](#) - Pág. 1; e SEI [9578675](#)).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9576519](#) - Págs. 1-3). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9572060](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2022 (SEI [9576519](#) - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva Nunes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

35. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007074202189 e da chave de acesso 14c4ca7a

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 883985856 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 10-05-2022 16:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sapiens.agu.gov.br/documento/883985856](http://sapiens.agu.gov.br/documento/883985856), [camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8](http://camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8)

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,

BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00944/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53115.007074/2021-89

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão – SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Aprovo o PARECER n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Atividade FM Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Sacramento/MG, no período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento/MG, concedida à entidade Rádio Atividade FM Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Atividade FM Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 11 de maio de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007074202189 e da chave de acesso 14c4ca7a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884123110 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 11-05-2022 08:35. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sapiens.agu.gov.br/documento/884123110](http://sapiens.agu.gov.br/documento/884123110), [camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8](http://camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8)

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-

6119/6915

---

**DESPACHO n. 00947/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.007074/2021-89**

**INTERESSADOS: RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ATIVIDADE FM**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 11 de maio de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007074202189 e da chave de acesso 14c4ca7a

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 884716667 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 11-05-2022 09:38. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sapiens.agu.gov.br/documento/884716667](https://sapiens.agu.gov.br/documento/884716667).camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 5555, DE 11 DE MAIO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL** por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso da atribuição que lhe confere o art. 113, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, inúmeras razões presentes na Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por Decreto nº 13, de 27 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora de modulação, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições da Lei nº 9.248, de 1996, e das normas do Conselho Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual**, em 01/07/2022, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 13, de 27 de junho de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9861136** e o código CRC **8B7C1FF0**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 9861136

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Brasília, 11 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a  
da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de \_\_\_\_\_ a par  
agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Port  
de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001,  
publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora  
modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º do Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual**, em 01/07/2022, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 11.072, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9861160** e o código CRC **956AEAE9**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 9861160



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Ofício Interno nº 19657/2022/MCOM

Brasília, 11 de maio de 2022

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 5555/2022/SEI-MCOM (9861136) e Exposição de Motivos (9861160)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM (9861178) e no Parecer Jurídico nº 0281/2022/CONJUR-MCOM/CGU (9861165), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 5555/2022/SEI-MCOM (9861136) e a Exposição de Motivos (9861160), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 12/05/2022 às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9861447** e o código CRC **8EC700A2**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19657/2022/MCOM - Processo nº 53115.007074/2021-89 - Nº SEI: 9861447

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 06/07/2022 16:28:36  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 7247679  
**Data prevista de publicação:** 07/07/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14687545	ATO PORTARIA MCOM NA 5591.rtf	32938e30e988600435e89ca0d8ef9503	9,00	R\$ 350,28
14687546	ATO PORTARIA MCOM NA 5612.rtf	b8036def18f9b577be0d5318c6abdf12	8,00	R\$ 311,36
14687547	ATO PORTARIA MCOM NA 5620.rtf	9b60c954b276a32b5e5dcdbc7db09417	9,00	R\$ 350,28
14687548	ATO PORTARIA MCOM NA 5555.rtf	c9e6a100a1a410e26d7b2f3b9fb6edef	9,00	R\$ 350,28
14687549	ATO PORTARIA MCOM NA 5583.rtf	58f459ec4449142cab7b65bfd0fd1c00	9,00	R\$ 350,28
14687550	ATO PORTARIA MCOM NA 5526.rtf	12d1de8833f34c415a1c21371c7fad04	9,00	R\$ 350,28
14687551	ATO PORTARIA MCOM NA 5556.rtf	cfa1d6475a36fb04447a77918fa531e6	9,00	R\$ 350,28
14687552	ATO PORTARIA MCOM NA 5579.rtf	b9e4e2e4488852c5c6187506e0c2c952	9,00	R\$ 350,28
14687553	ATO PORTARIA MCOM NA 5467.rtf	7c87506c0c8063ca064dc8c5909e63b6	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			78,89	R\$ 3.113,60



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Minis

## PORTARIA MCOM Nº 5.555, DE 11 DE MAIO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EV  
Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022  
atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constitui  
que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocand  
Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº  
MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de  
anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à R  
01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezemb  
dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2  
2001, para executar-se em direito de exclusividade, o serviço de radiodi  
modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permiss  
reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação  
termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Id solicitação: 57dbac25292c2

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIOATIVIDADE FM LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (34) 33515125	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 01.105.531/0001-01	<b>Número do Fistel:</b> 50001791966
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 13/08/2001	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 08/12/2028	
<b>Observações:</b> DNPV339/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 45.306/2004;Ato nº 3.282, de 20/05/2010, publicada no DOU. de 24/05/2010. Ato nº 1902, de 21 de junho de 2016, publicado na Seção 1, página 13, do DOU de 30/06/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> - 2º PISO - GALERIA RIO VERDE	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA CAPITÃO BORGES	<b>Complemento:</b> 2º PISO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100,	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA ARNALDO ZANDONAI DI	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> AV CAPITÃO BORGES 2 PISO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 100	
<b>Município:</b> Sacramento	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 38190000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Sacramento		UF: MG	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 256	Frequência: 99.1 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 1.652kW
HCI: 39 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2



## Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323720986	Número Indicativo: ZYT570
Data Último Licenciamento: 23/11/2021	Número da Licença: 53500.078716/2021-81

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 19° 52' 34.00" S	Longitude: 47° 25' 52.00" S	Cota da base: 961.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTFM3A-4	Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS				
Ganho: 3.23 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 39 m	ERP Máxima: 1.65 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.38	5°: 0.38	10°: 0.38	15°: 0.38	20°: 0.37	25°: 0.36	30°: 0.34	35°: 0.33	40°: 0.29	45°: 0.26	50°: 0.22	55°: 0.18
60°: 0.14	65°: 0.1	70°: 0.07	75°: 0.05	80°: 0.02	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.03	110°: 0.06	115°: 0.09
120°: 0.13	125°: 0.18	130°: 0.21	135°: 0.24	140°: 0.27	145°: 0.3	150°: 0.33	155°: 0.35	160°: 0.36	165°: 0.36	170°: 0.37	175°: 0.37
180°: 0.37	185°: 0.37	190°: 0.37	195°: 0.38	200°: 0.39	205°: 0.4	210°: 0.42	215°: 0.45	220°: 0.47	225°: 0.51	230°: 0.54	235°: 0.58
240°: 0.62	245°: 0.66	250°: 0.69	255°: 0.71	260°: 0.73	265°: 0.74	270°: 0.73	275°: 0.73	280°: 0.7	285°: 0.68	290°: 0.64	295°: 0.6
300°: 0.56	305°: 0.52	310°: 0.48	315°: 0.45	320°: 0.42	325°: 0.4	330°: 0.39	335°: 0.37	340°: 0.37	345°: 0.37	350°: 0.37	355°: 0.37

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°49'36.16" S Lon 47°25'52" W	5°: Lat 19°49'36.83" S Lon 47°25'35.52" W	10°: Lat 19°49'38.86" S Lon 47°25'51.17" W	15°: Lat 19°48'38.08" S Lon 47°25'44.81" W	20°: Lat 19°47'59.92" S Lon 47°24'59.8" W	25°: Lat 19°48'48.34" S Lon 47°24'0.15" W	30°: Lat 19°49'51.76" S Lon 47°24'12.43" W	35°: Lat 19°50'8.31" S Lon 47°24'3.56" W	40°: Lat 19°50'17.75" S Lon 47°23'50.47" W	45°: Lat 19°50'28.23" S Lon 47°23'38.31" W	50°: Lat 19°50'39.67" S Lon 47°23'27.16" W	55°: Lat 19°50'51.98" S Lon 47°23'17.12" W
60°: Lat 19°51'5.06" S Lon 47°23'8.25" W	65°: Lat 19°51'18.82" S Lon 47°23'0.63" W	70°: Lat 19°51'33.15" S Lon 47°22'54.31" W	75°: Lat 19°51'47.94" S Lon 47°22'49.35" W	80°: Lat 19°52'3.09" S Lon 47°22'45.78" W	85°: Lat 19°52'18.47" S Lon 47°22'43.62" W	90°: Lat 19°52'33.97" S Lon 47°22'42.89" W	95°: Lat 19°52'49.47" S Lon 47°22'43.6" W	100°: Lat 19°53'4.86" S Lon 47°22'45.75" W	105°: Lat 19°53'20" S Lon 47°22'49.32" W	110°: Lat 19°53'34.8" S Lon 47°22'54.27" W	115°: Lat 19°53'49.14" S Lon 47°23'0.59" W
120°: Lat 19°55'16.36" S Lon 47°20'52.75" W	125°: Lat 19°56'34.63" S Lon 47°19'46.26" W	130°: Lat 19°57'55.48" S Lon 47°19'4.21" W	135°: Lat 19°59'28" S Lon 47°18'31.29" W	140°: Lat 20°0'42.49" S Lon 47°18'35.64" W	145°: Lat 20°2'2.99" S Lon 47°18'47.83" W	150°: Lat 20°3'37.17" S Lon 47°19'4.31" W	155°: Lat 20°4'33.84" S Lon 47°19'54.57" W	160°: Lat 20°5'18.22" S Lon 47°20'55.8" W	165°: Lat 20°5'48.75" S Lon 47°22'5.23" W	170°: Lat 20°6'46.34" S Lon 47°23'11.95" W	175°: Lat 20°7'15.11" S Lon 47°24'29.9" W
180°: Lat 20°6'59.51" S Lon 47°25'52" W	185°: Lat 20°7'48.18" S Lon 47°27'17.18" W	190°: Lat 20°7'47.05" S Lon 47°28'43.47" W	195°: Lat 20°7'2.04" S Lon 47°29'59.72" W	200°: Lat 20°6'7.24" S Lon 47°31'7.22" W	205°: Lat 20°6'16.97" S Lon 47°32'40.72" W	210°: Lat 20°5'28.02" S Lon 47°33'47.94" W	215°: Lat 20°4'22.77" S Lon 47°34'40.54" W	220°: Lat 20°3'29.49" S Lon 47°35'37.77" W	225°: Lat 20°3'9.13" S Lon 47°37'8.49" W	230°: Lat 20°1'37.78" S Lon 47°37'22.22" W	235°: Lat 20°0'30.99" S Lon 47°37'57.58" W
240°: Lat 19°59'24.97" S Lon 47°38'30.27" W	245°: Lat 19°58'15.26" S Lon 47°38'51.73" W	250°: Lat 19°56'50.65" S Lon 47°38'23.44" W	255°: Lat 19°55'45.65" S Lon 47°38'34.58" W	260°: Lat 19°54'36.69" S Lon 47°38'14.62" W	265°: Lat 19°53'31.28" S Lon 47°37'32.88" W	270°: Lat 19°52'33.68" S Lon 47°36'40.01" W	275°: Lat 19°51'43.07" S Lon 47°36'7.35" W	280°: Lat 19°51'1.11" S Lon 47°35'10.62" W	285°: Lat 19°50'16.91" S Lon 47°34'54.99" W	290°: Lat 19°49'39.43" S Lon 47°34'21.27" W	295°: Lat 19°49'12.41" S Lon 47°33'31.17" W
300°: Lat 19°48'42.66" S Lon 47°32'57.64" W	305°: Lat 19°48'27.71" S Lon 47°32'5.69" W	310°: Lat 19°48'1.07" S Lon 47°31'37.58" W	315°: Lat 19°47'31.74" S Lon 47°31'7.42" W	320°: Lat 19°47'23.32" S Lon 47°30'29" W	325°: Lat 19°47'13.46" S Lon 47°29'50.5" W	330°: Lat 19°47'48.53" S Lon 47°28'8.47" W	335°: Lat 19°48'9.65" S Lon 47°28'3.01" W	340°: Lat 19°48'53.4" S Lon 47°27'17.34" W	345°: Lat 19°49'23.89" S Lon 47°26'46.15" W	350°: Lat 19°49'38.86" S Lon 47°26'24.83" W	355°: Lat 19°49'36.83" S Lon 47°26'8.48" W



Distância por radial											
0°: 5.5	5°: 5.5	10°: 5.5	15°: 7.5	20°: 9	25°: 7.7	30°: 5.8	35°: 5.5	40°: 5.5	45°: 5.5	50°: 5.5	55°: 5.5
60°: 5.5	65°: 5.5	70°: 5.5	75°: 5.5	80°: 5.5	85°: 5.5	90°: 5.5	95°: 5.5	100°: 5.5	105°: 5.5	110°: 5.5	115°: 5.5
120°: 10	125°: 13	130°: 15.5	135°: 18.1	140°: 19.7	145°: 21.5	150°: 23.7	155°: 24.5	160°: 25.1	165°: 25.4	170°: 26.7	175°: 27.3
180°: 26.7	185°: 28.3	190°: 28.6	195°: 27.8	200°: 26.7	205°: 28.1	210°: 27.6	215°: 26.7	220°: 26.4	225°: 27.8	230°: 26.1	235°: 25.7
240°: 25.4	245°: 25	250°: 23.2	255°: 22.9	260°: 21.9	265°: 20.4	270°: 18.8	275°: 17.9	280°: 16.5	285°: 16.3	290°: 15.7	295°: 14.7
300°: 14.3	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 10.2	335°: 9	340°: 7.3	345°: 6.1	350°: 5.5	355°: 5.5

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo:
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.65 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	269	Portaria	MC	04/12/1998	08/12/1998	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	60	Portaria	DMC-MG	25/04/2002	17/05/2002	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	176	Decreto Legislativo	CN	06/06/2001	07/06/2001	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	42145	Ato	ER	02/02/2004	05/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	309	Portaria	SSCE	22/05/2007	12/06/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	202	Despacho	MC	21/06/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	724	Portaria	SSCE	12/08/2010	23/08/2010	Transferência Indireta	Jurídico
53500.065514/2017-92	10547	Ato	ORLE	21/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.070136/2021-45	8254	Ato	ORLE	29/09/2021	27/10/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
5307074202189115	5555	Portaria	MC	10/05/2022	07/07/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo	



Ofício Interno nº 22587/2022/MCOM

Brasília, 15 de Julho de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9861160)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 5555/2022/SEI-MCOM (10142397), encaminho a Vossa S. Exposição de Motivos (9861160), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 15/07/2022, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10179302** e o código CRC **8DA2B12F**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 22587/2022/MCOM - Processo nº 53115.007074/2021-89 - Nº SEI: 10179302

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



Brasília, 18 de julho de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada em 07 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19273/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 53115.007074/2021-89.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira**, **Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/08/2022, às 14:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10282420** e o código CRC **96146246**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19273/2022/MCOM - Processo nº 53115.007074/2021-89 - Nº SEI: 10282420

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Brasília, 8 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada em 07 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO  
DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-  
6119/6915

PARECER n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007074/2021-89

INTERESSADOS: RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ATIVIDADE FM  
ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, pelo período de 13.8.2021 a 13.8.2031.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA. encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

município de Sacramento, estado de Minas Gerais, no período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (SEI nº 9578723):

7. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 (SEI [9578482](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2001 (SEI [9578482](#) - Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.

8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária, a razão social da entidade foi alterada para Rádio Atividade FM Ltda (SEI [9578482](#) - Págs. 9-15).

9. Concernente ao período de 2011-2021, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº [53000.039784/2012-74](#), acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então, após o prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. (grifo nosso)

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.



No requerimento protocolado em 16.3.2021 (SEI nº 6798166, fls. 1/3), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos*





*conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.



A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM.



O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 13.8.2021 e o pedido foi apresentado em 16.3.2021 (SEI 6658821, fls. 1/4).

Registre-se que houve ratificação do pleito em 30.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SEI nº 8743322). Tanto o pedido originário quanto o novo pedido foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Lucas Portela Rocha Silva Nunes, designado para a função na cláusula VII do contrato social consolidado na Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 17.11.2010 (SEI nº 6798166, fls. 13/19).

No que se refere ao período anterior - 2011 a 2021, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.

Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 8749261).

Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

15. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8749261](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*



*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.*

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8749261](#)).

(...)

21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Comarca de Sacramento, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8749261](#)).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8743322, fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 53); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 6798166, fl. 54); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 6798166, fl. 55), às Fazendas estadual (SEI nº 6798166, fl. 56) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 57); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 9576519, fl. 9); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 6798166, fl. 59); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 6798166, fl. 60).

Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI nº 8743322, fls. 2/3).

Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:



23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

*Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.*

*§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.*

*§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - a identificação da entidade, com:*

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);*

*II - os dados da outorga, com:*

- a) o estado e o município de execução do serviço; e*
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;*

*III - os dados da estação, com:*

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*

*IV - a data de emissão da licença.*

*V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.*

*§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.*

*§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.*

*§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.*

*§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.*

*§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.*

*§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.*

*§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.*

*§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por





profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI [9568163](#) - Pág. 1; e SEI [9578675](#)).

Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9576519](#) - Págs. 1-3). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9572060](#)).

Relativamente aos limites de outorga, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2022 (SEI [9576519](#) - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva Nunes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.



Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007074202189 e da chave de acesso 14c4ca7a

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 883985856 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 10-05-2022 16:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.007074/2021-89

INTERESSADO: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Avidade Fm Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 01.105.531/0001-01**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao **FISTEL nº 50001791966**, na localidade de Sacramento/MG, referente ao período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.
2. Por meio da Nota Técnica nº 18065/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 24975/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 8606602 e SEI 8606656).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a conclusão do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.039339/2021-16).

### ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que constem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se **originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1988, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 (SEI 9578482 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2001 (SEI 9578482- Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.

8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária, **a razão social da entidade foi alterada para Rádio Avidade FM Ltda** (SEI 9578482 - Págs. 9-15).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

9. Concernente ao período de **2011-2021**, a en dade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº 53000.039784/2012-74, acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então, após o prazo legal vigente à época. A an ga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a úlma em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas cons tuem uma realidade burocrá ca no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de par culares recebidos pela assoberbada máquina administra va.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quan dade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempes vo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempes vos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Execu vo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.**

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de en dades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempes vamente, veram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempes vo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legí ma condição de procedibilidade, ante a anis a concedida quanto à tempes vidade do pleito.

14. Em relação à tempes vidade do presente pleito, observa-se que, em **16 de março de 2021**, a en dade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na con nuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 6798166 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela en dade é tempes vo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei n.º 5.785/1972, qual seja, de 13 de agosto de 2020 a 13 de agosto de 2021.

15. A documentação apresentada pela en dade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8749261). Os documentos foram conhecidos, para fins de não processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este namento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administra vos prevista na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8749261).

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2022 (SEI 9576519 - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em tesla e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva Nunes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9576519 - Págs. 1-3). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 9572060).

21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, de Sacramento, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, cer dão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, cer dão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8749261).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que desabonem a emenda, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a concessão do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As emendas outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da emenda outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da emenda, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou direcional) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A emenda outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.



§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI 9568163 - Pág. 1; e SEI 9578675).

27. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos (i) à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tese, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73 de 1993, e

b) posterior remessa dos autos (ii) ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/04/2022, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga** **subs tuto**, em 27/04/2022, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9578723** e o código CRC **9887F635**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 9578723



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 03 de outubro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Atividade Fm inscrita no CNPJ nº 01.105.531/0001-01, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao FISTEL nº 50001791966, na localidade de Sacramento/MG, referente ao período de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 220 2022 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 03/10/2022, às 14 horas, no horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **3664842** código **CR6D65DB58** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 3664842

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2735/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário Executivo  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 220/2022 MCOM.**

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 220/2022 (3664838), do Ministério das Comunicações, que trata da renovação pelo prazo de dez anos, da permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA para executar sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento/MG.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

SABÁ FILHA DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado  
da Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Saba Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete**, em 04/11/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 3665478, código CRE2814E5F, no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 3665478

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 220/2022 MCOM (3664838), do Ministério das Comunicações ao Senhor Presidente da República, Anexo I (3664840) e Parecer de Mérito I (3664841).

**Assunto:** Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio A Vidade inscrita no CNPJ nº 01.105.531/0001-01, objetivando a renovação do outorgado serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao FISTEL nº 50001791966, na localidade de Sacramento/MG, referente ao período de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.

**Trâmite do Processo:**

Exposição de Motivos nº 220/2022 MCOM (3664838), do Ministério das Comunicações;

Despacho/DIPUBL/CODOC, de 03/10/2022 (3664842), para os protocolos da SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP e CC/PR.

OF. Nº 2735/2022/GM/CC/PR, de 04/10/2022 (3665478), por Sabá Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete do Ministério da Casa Civil da Presidência da República ao Secretário-Executivo/SE/CC/PR.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC, de 03/10/2022 (3664842) à SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP e CC/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 05/10/2022, às 13:44, com horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **3670574** código CR **53682189** site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 383/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.007074/2021-89

**INTERESSADO:** Rádio Atividade FM Ltda (CNPJ 01.105.531/0001-01)

**REFERÊNCIAS:** Exposição de Motivos nº 00220/2022 MCOM, de 08/08/2022 (3664838)

Parecer de Mérito I (3664841) – Nota Técnica nº3602/2022/SEI-MCOM, de 26/04/2022

Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 10/05/2022 [1] (3664840)

**ASSUNTO:** Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sacramento/MG

1. Trata-se da PORTARIA Nº 5.555, DE 11 DE MAIO DE 2022, que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento/MG, de 08/08/2021, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, para Rádio A vidade FM Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 01.105.531/0001-01, de acordo com a alínea “x)” do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações [2], e em conformidade com o Regulamento Radiodifusão [3].
2. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obriga, e de possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM) manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, de 26/04/2022 (3664841), com o registro de que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina pelo deferimento da renovação. Bem como, anota que em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº. 236 de 28 de fevereiro de 1967, que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade.
4. O Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 10/05/2022 (3664840), se posiciona pela validade jurídica do pedido de renovação, concluindo não ter sido vislumbrada irregularidade no presente processo.
5. De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
6. O quadro societário e diretoria da Rádio A vidade FM Ltda se encontra registrado no SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário [5].
7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro [6], cujo Relatório do Canal está disponível em: [http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo\\_sistema.php?id=57dbac25292c2&state=FM-C4](http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac25292c2&state=FM-C4)
8. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos – Renovação de Outorga Comercial, de 26 de abril de 2022 (3663656), e ponderando que a atualização dos documentos administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de ser providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião do novo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC/PR não tem óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

À consideração superior,

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO  
Assessor

Brasília, na data da assinatura.

De acordo,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

Brasília, na data da assinatura.

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA  
Subchefe Adjunto de Infraestrutura, substituto

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ  
Subchefe

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00947/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 11/05/2022 da Consultora Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] A provado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anclares.

[5] [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quotas societárias das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes a empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 22/12/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do [art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira, Subchefe Adjunto(a) substituto(a)**, em 22/12/2022, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do [art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 28/12/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do [art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **3831744** ou o código **CR69A9B5CA** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.007074/2021-89

SUPER nº 3831744

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.007074/2021-89

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 376 / 2022 / CGINF/SAINF/SAJ/SG/PR**

<b>Interessado:</b>	RADIO ATIVIDADE FM LTDA.
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53115.007074/2021-89

Senhor Subchefe,

## I - RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 53115.007074/2021-89, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão com Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RADIO ATIVIDADE FM LTDA.**, CNPJ nº 01.10.01, na localidade de **Sacramento/MG**.

2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que **as** rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.

3. Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

4. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais, se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 2º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de 10 (dez) anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.

5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e de assessoramento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição e pela Lei nº 200/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmaram que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo ~~completo~~. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os atos concernentes atos de renovação de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, ~~o ato administrativo~~ *deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. O Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3].* O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, atualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo ~~autor~~ *autor* poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.007074/2021-89, conclui-se que não há óbice jurídico para a emissão da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República Substituto

**APROVO.**

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

[1] A **"Frequência Modulada (FM)"** é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limite de alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (I e II) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O. *O regime jurídico da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.



[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Subchefe substituto**, em 27/12/2022, às 18:34, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Lima França, Subchefe**, em 29/12/2022, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **3838575** ou código **CRE398B9C7** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SUPER nº 3838575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Hugo Vinicius Alves

---

De: SAAL - Sancao e Veto  
Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55  
Para: E-Mail da DIDOC  
Cc: SAAL - Atos Oficiais  
Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)  
Anexos: Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (agua  
Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

Categorias: A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao MCOM, das tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil  
Presidência da República  
61 3411-2192/2226/2972/3324  
[saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br](mailto:saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br)



De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

Para: SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

Cc: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos).

**Motivo da devolução:** pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no entendimento.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete do Presidente da República com os devidos Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura), seguem os seguintes processos de TVs, que NÃO serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, de autoria do MCOM:

53900.046218/2016-07 - EM nº 0029/2022-MCOM

01250.017676/2020-13 - EM nº 0146/2021-MCOM

01250.004044/2019-48 - EM nº 0188/2022-MCOM

53740.000857/2000-31 - EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

De: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55



Para: Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>  
Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos

Felipe Nogueira Fernandes  
Advogado da União  
Subchefe Adjunto de Infraestrutura  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
Secretaria-Geral da Presidência da República  
Tel.: +55 (61) 3411-2040

---

De: Felipe Nogueira Fernandes  
Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34  
Para: Daniel Christianini Nery  
Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, co

Felipe Nogueira Fernandes  
Advogado da União  
Subchefe Adjunto de Infraestrutura  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
Secretaria-Geral da Presidência da República  
Tel.: +55 (61) 3411-2040

---

De: Wilson Diniz Wellisch <[wilson.diniz@mcom.gov.br](mailto:wilson.diniz@mcom.gov.br)>  
Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55  
Para: Felipe Nogueira Fernandes



Cc: Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos  
Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



De: Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52

Para: Wilson Diniz Wellisch <[wilson.diniz@mcom.gov.br](mailto:wilson.diniz@mcom.gov.br)>

Cc: Caroline Menicucci Salgado <[caroline.salgado@mcom.gov.br](mailto:caroline.salgado@mcom.gov.br)>; Ana Maria dos Santos <[anamaria@...](mailto:anamaria@...)>

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura do Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa.

At.te,

Marcus Paolucci



---

De: Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

Enviado: segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

Para: Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>; Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.p@angelina.pereira@mcom.gov.br](mailto:marcus.p@angelina.pereira@mcom.gov.br)>

Cc: Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[eugenio.felippetto@presidencia.gov.br](mailto:eugenio.felippetto@presidencia.gov.br)>; Felipe Nogueira Fe Abreu Rocha Filho <[cicero.filho@presidencia.gov.br](mailto:cicero.filho@presidencia.gov.br)>; Talita Santana Santos Barcellos <[talita.barcellos@viana@presidencia.gov.br](mailto:talita.barcellos@viana@presidencia.gov.br)>

Assunto: RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com proces

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a as  
Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa

Nos colocamos à disposição.

At.te,

---

De: Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

Para: Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>

Assunto: RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aguardo.





De: Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

Enviado: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

Para: Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>

Assunto: Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha c

encontram na Casa Civil.

att,





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral  
Secretaria Especial de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

**ASSUNTO: Devolução da EXM 220 2022 MCOM**

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 220 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 23/01/2023, às 14h05, no horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **3905581** ou o código CREF **EF405914** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SUPER nº 3905581

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Departamento de Radiodifusão Privada - Tramitação Casa Civil

**DESPACHO**

Processo nº 53115.007074/2021-89

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, considerando a alteração da Pasta Ministerial, bem como considerando a devolução dos Autos em epígrafe pela Casa Civil em 14/11/2021, pelo presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada para a fixação da Minuta de Exposição de Motivos, proposta na Nota nº 3602/2022/SEI-MCOM (9578723).



Documento assinado eletronicamente por **Angelina de Figueiredo Pereira, Técnico de Nível Superior**, em 14/11/2021, às 13:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11211516** e o código CRC **30F6C23A**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11211516



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53115.007074/2021-89

**Referência:** DERAP\_MCOM\_CCIVIL (11211516)

**Interessado:** RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

**Assunto:** Renovação de outorga. Devolução dos Autos em epígrafe pela Casa Civil. Ratificação da Minuta de Exposição de

**À CGPO**

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Despacho DERAP\_MCOM\_M\_C\_CIVIL (11211516), e providências cabíveis.

Brasília, 14 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/11/2023, às 16:40 (hora oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11215702** e o código CRC **FA515AB3**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11215702



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### DESPACHO

PROCESSO: 53115.007074/2021-89

INTERESSADA: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS  
GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, do Cio Interno nº 19.076/2022/MCOM e Parecer nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Atividade Fm Ltda (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Sacramento/MG, referente ao período de de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031 (SUPER 9578723, 9752116).  
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, no Diário Oficial da União do dia 7 de maio de 2022, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 10142397). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Conselho Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal (SUPER 10282420).  
3. No entanto, o presente feito foi enviado a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para a realização de minuta de exposição de motivos, proposta na referida Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM/SEI/PER. Nesse sentido, e em decorrência das recentes mudanças de estrutura desta Pasta Ministerial, fora editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 1228590, a ser remeada à deliberação das autoridades competentes pela renovação da outorga.  
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regulamento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 23/11/2023, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11228588** e o código CRC **1BBC4DD8**.

**Minutas e Anexos**

- Minuta Exposição de Motivos (11228590)



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a  
da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de ~~12~~ 12 meses, a par  
agosto de 2021, a permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA, nos termos da Portaria nº 269, data  
dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1988, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicada  
junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, n  
de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 23/11/2023 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 11:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/11/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11228590** e o código CRC **A8AEAA26**.

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 24 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, ad  
da Portaria nº 5555, de 11 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de ~~dois~~ **dez** anos, a par  
agosto de 2021, a permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA., nos termos da Portaria nº 269, dat  
dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1988, chancelada pelo Decreto Legisla vo nº 176, de 2001, publicad  
junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, r  
de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Com**  
em 13/12/2023, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)  
[novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11233048** e o código CRC **0D1A088D**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11233048

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44367/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 455/2023 (11233048)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho ~~11233048~~ **11233048**, encaminha a Exposição de Motivos nº 455/2023 (11233048) para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/12/2023, às 17:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11233049** e o código CRC **578E5196**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11233049

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45179/2023/MCOM

Brasília, 13 de dezembro de 2023

Ao Senhor  
**Énio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 455 (11233048)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP\_MCOM (11228588), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 455 (11233048), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 13/12/2023, às 17:02 (horário de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11272407** e o código CRC **6E238076**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11272407



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5555, de 11 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA., nos termos da Portaria nº 269, datada em 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1988, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37342/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.007074/2021-89.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição o  
assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre  
outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 11/11/2023 às 20:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11279432** e o código CRC **44EA3EFB**.

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

Documento nº 11279432



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Brasília, 18 de Dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5555, de 11 de maio de 2022, publicada em 7 de julho de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA., nos termos da Portaria nº 269, datada em 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1988, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO  
DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

---

**PARECER n. 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.007074/2021-89**

**INTERESSADOS: RADIO ATIVIDADE FM LTDA - ATIVIDADE FM**

**ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, pelo período de 13.8.2021 a 13.8.2031.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, no período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 9578723**):

7. No caso em apreço, conferiu-se **originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 ([SEI 9578482](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2001 ([SEI 9578482](#)- Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.

8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária, **a razão social da entidade foi alterada para Rádio Atividade FM Ltda** ([SEI 9578482](#) - Págs. 9-15).

9. Concernente ao período de **2011-2021**, a entidade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº [53000.039784/2012-74](#), acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então, após o prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.**

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

No requerimento protocolado em 16.3.2021 (**SEI nº 6798166, fls. 1/3**), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada **NOTA TÉCNICA**, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta **CONJUR/MCOM**: *"Sendo assim, esta Secretaria de*



*Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963".*

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

### II.2. Legislação aplicável



Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas,



assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM**.

O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 13.8.2021 e o pedido foi apresentado em 16.3.2021 (SEI 6658821, fls. 1/4).





Registre-se que houve ratificação do pleito em 30.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SEI nº 8743322). Tanto o pedido originário quanto o novo pedido foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Lucas Portela Rocha Silva Nunes, designado para a função na cláusula VII do contrato social consolidado na Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 17.11.2010 (SEI nº 6798166, fls. 13/19).

No que se refere ao período anterior - 2011 a 2021, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 8749261).

Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)



- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

15. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8749261](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.*

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8749261](#)).

*(...)*



21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Comarca de Sacramento, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8749261](#)).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8743322, fl. 4); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 53); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 6798166, fl. 54); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 6798166, fl. 55), às Fazendas estadual (SEI nº 6798166, fl. 56) e municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 6798166, fl. 57); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 9576519, fl. 9); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 6798166, fl. 59); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 6798166, fl. 60).

Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI nº 8743322, fls. 2/3).

**Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

*Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.*

*§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.*

*§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - a identificação da entidade, com:*

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*



d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI [9568163](#) - Pág. 1; e SEI [9578675](#)).

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [9576519](#) - Págs.



1-3). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [9572060](#)).

Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2022 (SEI [9576519](#) - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em testilha e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva Nunes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 10 de maio de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007074202189 e da chave de acesso 14c4ca7a

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 883985856 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 10-05-2022 16:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2022 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 5.555, DE 11 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EV  
Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição  
atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Feder  
que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razõ  
Técnica nº 3.602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00  
MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de a  
anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE  
01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, pub  
dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado  
para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em fre  
município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada  
reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus re

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Cor  
termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MAXIMILIANO SALVADOR**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 3602/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.007074/2021-89

INTERESSADO: RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Avidade Fm Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 01.105.531/0001-01**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao **FISTEL nº 50001791966**, na localidade de Sacramento/MG, referente ao período de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto de 2031.
2. Por meio da Nota Técnica nº 18065/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 24975/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 8606602 e SEI 8606656).
3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a conclusão do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.039339/2021-16).

### ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que constem arquivados os atos constituintes da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou direção de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se **originalmente à TM TV - Telecomunicações e Serviços Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1988, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de junho de 2001 (SEI 9578482 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2001 (SEI 9578482- Págs. 3-8). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 13 de agosto de 2011, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato de outorga.

8. Salienta-se ainda que, por ocasião da 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Empresária, **a razão social da entidade foi alterada para Rádio Avidade FM Ltda** (SEI 9578482 - Págs. 9-15).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

9. Concernente ao período de **2011-2021**, a en dade apresentou o pedido de renovação no dia 20 de agosto de 2012, gerando o protocolo nº 53000.039784/2012-74, acompanhado parte da documentação instrutória exigida até então, após o prazo legal vigente à época. A an ga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 13 de fevereiro de 2011 a 13 de maio de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a úlma em abril de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas cons tuem uma realidade burocrá ca no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de par culares recebidos pela assoberbada máquina administra va.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quan dade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempes vo, importa consignar com o advento da Lei nº 13.424/2017, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, conforme infere-se do art. 2º, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempes vos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Execu vo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.**

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de en dades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempes vamente, veram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempes vo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legí ma condição de procedibilidade, ante a anis a concedida quanto à tempes vidade do pleito.

14. Em relação à tempes vidade do presente pleito, observa-se que, em **16 de março de 2021**, a en dade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na con nuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 6798166 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela en dade é tempes vo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei n.º 5.785/1972, qual seja, de 13 de agosto de 2020 a 13 de agosto de 2021.

15. A documentação apresentada pela en dade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8749261). Os documentos foram conhecidos, para fins de não processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este namento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administra vos prevista na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8749261).

18. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 17 de março de 2022 (SEI 9576519 - Págs. 5-8).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora apenas o serviço de radiodifusão em tesla e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. De igual modo, o sócio administrador Lucas Portela Rocha Silva Nunes Garcia e o sócio Antônio Carlos Silva Nunes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 9576519 - Págs. 1-3). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 9572060).

21. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, rca de Sacramento, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, cer dão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, cer dão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8749261).

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que desabonem a emenda, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a concessão do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

23. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As emendas outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da emenda outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da emenda, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou direcional) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A emenda outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.



§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

26. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 23 de novembro de 2021, com validade até 8 de dezembro de 2028 (SEI 9568163 - Pág. 1; e SEI 9578675).

27. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Sacramento/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos (i) à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tese, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73 de 1993, e

b) posterior remessa dos autos (ii) ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/04/2022, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/04/2022, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/04/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga** **subs tuto**, em 27/04/2022, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9578723** e o código CRC **9887F635**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA (CNPJ nº 01.105.531/0001-01), nos termos da Portaria nº 269, de 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1998, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 9578723



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 21 de dezembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se d renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão s frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 753 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 21/12/2023, às 09:54, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **4848738** código CRAB907223 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Process o nº 53115.007074/2021-89

SUPER nº 4848738

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 5130/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 753/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 753/2023 (4848714) do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2021, da permissão outorgada originalmente à RÁDIO ATIVIDADE LTDA., nos termos da Portaria nº 269, datada em 4 de dezembro de 1988, publicada em 8 de dezembro de 1988, com o Decreto Legislativo nº 176, de 2001, publicado em 7 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, a radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 21/12/2023, às 15:50, com IP oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 4849650 ou código CR8B443FC1 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.007074/2021-89

SUPER nº 4849650

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 753/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

**Despacho:**

Arquivar temporariamente o presente processo na **SE/CC/PR**, o qual trata de serviço de radiodifusão, tendo em **manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR** os competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar à Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministério da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 22/12/2023, às 10:41, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **48511462** código **CR067E2314** site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.007074/2021-89

Nota SAJ - Radiodifusão nº 591 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.007074/2021-89

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.007074/2021-89, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO ATIVIDADE FM LTDA** CNPJ nº 01.105.531/0001-01, na localidade de **Sacramento/MG**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento na Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.090/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de 10 (dez) anos, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se atribuída ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** firmaram o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo oportuno, ante a **NOTA TÉCNICA** nº 3602/2022/SEI-4803736 e o **Parecer Jurídico** nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/4348726. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise dos documentos obrigatórios em conformidade com suas subsunções às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, é necessária a expedição de uma mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso II, da Constituição. Para que se forme essa deliberação, é necessária a expedição de uma mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso II, da Constituição. Para que se forme essa deliberação, é necessária a expedição de uma mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso II, da Constituição.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *o ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Meses antes, o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3].* O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de pessoas públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações ou atualizações devidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.007074/2021-89, inclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**AMANDA MARQUES RIBEIRO**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitação de alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (I e II) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O. *O regime jurídico da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.



[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5800586** código CR03077AF6 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 651/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.007074/2021-89.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00753/2023 MCOM, de 18 de Dezembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Sacramento (MG).

1. Trata-se de análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00753/2023 MCOM (4847101), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.007074/2021-89, acompanhado da [Portaria MCOM nº 5.555, de 2022](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de 13 de agosto de 2021, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a ATIVIDADE FM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.105.531/0001-01, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup> em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. A renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e da possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00281/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 13/05/2022, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 3602/2022/SEI-MCOM, de 27/04/2022 (4848736), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM) ratificada pelo Despacho (4847096) de 23/11/2023, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 26/04/2022 (3663656), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Informações Socioeconômicas](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	01.105.531/0001-01
NOME EMPRESARIAL:	RADIO ATIVIDADE FM LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LUCAS PORTELA ROCHA SILVA NUNES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ANTONIO CARLOS SILVA NUNES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 17/07/2024 às 14:29 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis à renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de prestação de serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão sonora e em faixa AM.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. 3º do art. 223 da Constituição Federal, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 1º do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

[3] Sucucedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOM) pelo Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023.

[4] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi realizada a desativação dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/09/2024, às 18:26, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/09/2024, às 18:34, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 5908227 ou código CREFF5C826 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 5908227

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

MENSAGEM Nº 1.183

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2022, que renova, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à Rádio Atividade FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 26 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUIZ INACIO LULA DA SILVA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.183, de 26 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2022, que deu nova, a partir de agosto de 2021, a permissão outorgada à Rádio Avidade FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sob exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 27/09/2024, às 15:59, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 6119641r código CR2EAF203 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-2022-41c4-a1e-fb92db28cf8

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2022, que renova, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à Rádio Atividade FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6119595) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 27/09/2024, às 14:20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **6120544** ou o código **CREC80543B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 6120544

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1284/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 5.555, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2022, que renova, a partir de 13 de agosto de 2021, a permissão outorgada à Rádio Avidade FM Ltda., para execução pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/09/2024, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 11.234, de 20 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 6121166 e o código CRD2A3F702 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.007074/2021-89

SEI nº 6121166

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8>

1c3405fc-d1a2-41c4-aa1e-fb92db28cfe8